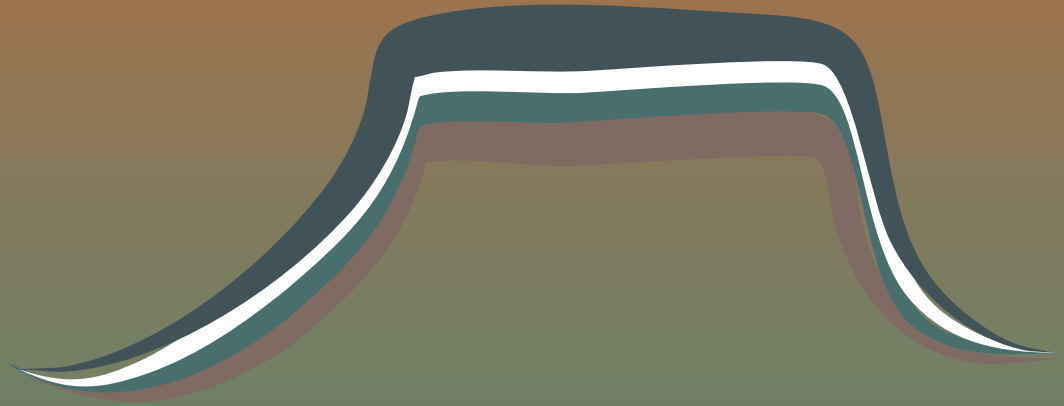


COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NA MÍDIA IMPRESSA DE RORAIMA

HARLLOS ARTHUR MATOS LIMA



**A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NA
MÍDIA IMPRESSA DE RORAIMA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR



Reitora:
Gioconda Santos e Souza Martinez

Vice-Reitor:
Reginaldo Gomes de Oliveira

Pró-Reitora de Graduação:
Fábio Luiz Wankler

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Ana Lia Farias Vale
Avery Milton Veríssimo de Carvalho
Cássio Sanguini Sergio
Fábio Luiz Wankler
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Leonardo Uilan Dall Evedove
Luís Felipe P. de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Rodrigo Schutz Rodrigue



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone: +55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NA MÍDIA IMPRESSA DE RORAIMA

HARLLOS ARTHUR MATOS LIMA



Copyright © 2014

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

EXPEDIENTE

<u>Revisão:</u> Harllos Arthur Matos Lima	<u>Organizadores da Coleção</u> Elói Martins Senhoras Maurício Zouein
<u>Capa:</u> Berto Batalha Machado Carvalho	<u>Conselho Editorial</u> Charles Pennaforte Claudete de Castro Silva Vitte Elói Martins Senhoras Maurício Elias Zouein Sandra Gomes Sônia Costa Padilha
<u>Projeto Gráfico e diagramação:</u> Berto Batalha Machado Carvalho Rita de Cássia de Oliveira Ferreira	

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

L732c

LIMA, Harllos Arthur Matos

A construção da fronteira na mídia impressa de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014, 173 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 7. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-042-5

1- Fronteira. 2 - Mídia impressa. 3 - Relações Internacionais. 4 - América do Sul. I - Título.
II - Lima, Harllos Arthur Matos. III. Série

CDU - 327.301.153.2

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

The spaceman says:
- Everybody, look down!
It's all in your mind...

The Killers

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da publicização de pesquisas e trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein

(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

PREFÁCIO

O livro de Harllos Arthur Matos de Lima é uma contribuição significativa para a área de Relações Internacionais no Brasil. Discorrendo com maturidade intelectual e elegância, o tema elegido pelo autor nos convida para um passeio interdisciplinar entre o local e o global; o teórico e o metodológico; os conceitos e os sentidos, tudo isso de uma maneira objetiva, clara e com rigor científico irrepreensíveis.

Tendo como cenário principal a Tríplice Fronteira entre Brasil, Venezuela e República Cooperativista da Guyana, o livro reflete sobre o papel da imprensa como construtor dos sentidos e das impressões que carregamos acerca das relações multilaterais. O brilhantismo do texto se encontra justamente na forma em que o autor realiza sua análise: coloca para dialogar a teoria construtivista das Relações Internacionais com o *corpus* da Análise de Discurso, especificamente da Escola Francesa, do campo da Linguística.

Ao fazer essa análise, o autor consegue diluir umas das principais críticas feitas às pesquisas que se baseiam nas teorias pós-positivistas das Relações Internacionais: a de que elas não possuem êxito metodológico-científico. Devemos celebrar, portanto, essa tentativa de apresentar aos leitores uma obra exitosa ao equilibrar a

tríade *tema, metodologia e teoria* dentro da proposta das novas abordagens do pensamento internacionalista.

O desafio não é fácil, sobretudo quando o conhecimento produzido se baseia na fronteira norte da América do Sul, uma região que começa agora a receber atenção nos estudos da Relações Internacionais do Brasil. O resultado é uma obra inédita que apresenta ao leitor um pouco dos principais acontecimentos fronteiriços que abalaram as relações multilaterais entre Brasil, Venezuela e República Cooperativista da Guyana em um passado recente, como por exemplo: a construção da ponte sobre o Rio Tacutu, que integrou fisicamente, em 2008, Brasil e República Cooperativista da Guyana; A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, situada na região fronteira e a solicitação de entrada da Venezuela no Mercosul.

Mas pode-se afirmar que o cerne da preocupação do autor diz respeito a como esses acontecimentos fronteiriços ficam registrados no imaginário popular. Seguindo à risca a premissa construtivista de que *o mundo é socialmente construído* – e nesse caso linguisticamente construído – a obra mergulha nos discursos produzidos pela imprensa local a respeito da Tríplice Fronteira. Desse mergulho emergem múltiplas considerações e sentidos que não propõe um pensamento monofônico, mas que registram a

necessidade de reavaliarmos o papel da fronteira nas relações internacionais de uma maneira plural.

Fonte de um Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado com louvor pela banca de professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, o presente texto, que agora apresento em forma de livro, pode servir de inspiração para alunos de graduação que procuram produzir conhecimento na área de Relações Internacionais sem a necessidade de seguir o *mainstream*. Como professora do autor não poderia deixar de registrar minha imensa satisfação em ver seu esforço, dedicação e comprometimento ao logo dessa produção.

Prof^a. Júlia Faria Camargo
Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	15
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 Mídia, fronteira e o construtivismo	29
CAPÍTULO 2 A tríplice fronteira	43
CAPÍTULO 3 Análise de discurso: noções fundamentais	64
CAPÍTULO 4 A construção da(s) 'fronteira(s)' na região Brasil-Guyana-Venezuela	85
CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
BIOGRAFIA	160

*À minha mãe, Hilda, à minha
irmã, Hellen e ao meu pai, Artur, que,
desde muito cedo, me ensinaram que o
mundo não é de concreto, é de alfabeto.*

AGRADECIMENTOS

O presente livro é fruto de um trabalho desenvolvido durante os quatro anos da minha graduação em Relações Internacionais. Meu texto é uma “colcha de retalhos” das coisas que aprendi tanto nas aulas e nas pesquisas quanto nas relações pessoais fora do âmbito acadêmico. Ao expor isso, afirmo que sou tão autor deste livro quanto as pessoas que me ajudaram a produzi-lo. Desse modo, agradeço e dedico esta obra a algumas pessoas bastante especiais.

À Professora Julia Camargo, não somente pela orientação acadêmica ao longo dessa caminhada, mas pela amizade, apoio irrestrito, pela inteligência especial e pelo incentivo. Orientadora não apenas deste projeto, mas de uma etapa da minha vida. Não há palavras que possam expressar a minha gratidão.

Agradeço à Professora Socorro Leal, minha co-orientadora, por ter me inaugurado ao mundo da Análise de Discurso que, de aula em aula, foi mudando alguns dos meus conceitos sobre a vida.

Obrigado pela ajuda, dedicação e paciência com um “estranho no ninho” das Letras. Deixo aqui meus agradecimentos juntamente com sinceros pedidos de desculpas por tê-la trazido até aqui.

À banca de avaliação da minha monografia, formada pela Professora Adriana Bellintani, pelo Professor Elói Senhoras e pela Professora Socorro Leal, que aprovou meu trabalho. São três grandes e inspiradores Professores. Agradeço especialmente ao Professor Elói Senhoras, que possibilitou a publicação deste livro e pelos já saudosos anos juntos em sala de aula.

Sinto muita gratidão também por todos os Professores que vieram me formando desde o primeiro dia de aula, especialmente aos do Curso de Relações Internacionais. Este trabalho é de todos eles. Além deles, agradeço aos simpáticos funcionários do Palácio Nenê Macaggi, em Boa Vista, pela solicitude numa fase bem cansativa da pesquisa. Por fim, meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Roraima por ter propiciado um ambiente produtivo e por ter possibilitado a publicação deste livro.

APRESENTAÇÃO

Este livro busca refletir e analisar a construção do conceito de *fronteira* no discurso jornalístico da mídia impressa roraimense. A presente pesquisa resulta da vontade de compreender melhor um lugar que está começando a ser estudado pelas Relações Internacionais, a tríplice fronteira entre o Brasil, a Guayana e a Venezuela. Dentre os diversos caminhos possíveis em busca de uma reflexão sobre o tema, escolheu-se enxergar a região sob a perspectiva teórica do Construtivismo das Relações Internacionais, que caminha de mãos dadas com a Análise de Discurso de linha francesa, de Michel Pêcheux, durante todo o livro.

A pesquisa é apresentada em cinco capítulos. Estes foram organizados de maneira que o leitor possa, aos poucos, ir compreendendo aspectos teóricos essenciais na fundamentação da análise dos textos. O livro está estruturado com o intuito de tentar mesclar duas complexas perspectivas teóricas complexas, dessa maneira, busca-se evitar as análises triviais sobre o tema e pôr à mesa questões tratadas como naturais e óbvias para ir desvendando-as e analisar o funcionamento semântico da palavra ‘fronteira’ nos noticiários locais. Parte-se, portanto, do pressuposto que os sentidos podem ser vários.

O corpus analisado é constituído de todas as notícias referentes a ‘fronteira’, ‘Guyana’ e ‘Venezuela’ publicadas no *Caderno A da Folha de Boa Vista* durante o ano de 2009. A pesquisa baseia-se, como citado anteriormente, nos pressupostos da teoria Construtivista das Relações Internacionais e da teoria da Análise de Discurso de linha francesa, da Linguística.

O texto percorre um pouco pelas Relações Internacionais e um pouco pela Linguística. Tentou-se, da melhor maneira possível, estudar os conceitos usados na pesquisa para, enfim, analisar, à luz das Relações Internacionais, de que maneira as políticas públicas voltadas à região Brasil-Guyana-Venezuela estão arrançadas e de que maneira elas podem ser melhoradas.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Debater as noções sobre o conceito de *fronteira* e tudo o que ele carrega nas relações internacionais contemporâneas é um interessante e desafiador exercício. Quando se imagina o cenário das relações entre os países tanto na atualidade quanto ao longo da história, é comum associar esse conceito com diversas abordagens de estudos no campo das Relações Internacionais (RI). Mais comum ainda é imaginar as fronteiras entre os países como uma linha imaginária que divide dois ou mais países, ou como explicado no Dicionário Aurélio, “fronteira é uma extremidade de um país ou região, do lado onde confina com outro, limite, raia” (FERREIRA, 2002, p.334). No entanto, transformações no contexto pós Guerra Fria, que iniciou uma ordem mundial cada vez mais globalizada, tornou possível considerar os estudos para além dos limites do Estado soberano tal qual conhecido na modernidade, com fronteiras delimitadas e intransponíveis, e passaram a ganhar destaque outros atores e outros temas.

Na década de 90, o sistema internacional apresentou mudanças em sua configuração. Nesse período, “a vida internacional deixou de ter como elemento estruturador as polaridades definidas (...) e passou a caracterizar-se por polaridades indefinidas” (LAFER,

2000, p. 262), tão logo, subordinadas ao processo de globalização e de fragmentação das relações internacionais (LAFER). Ou seja, segundo Lafer, antes do fim da Guerra Fria, o sistema internacional contava com duas superpotências principais: os Estados Unidos e a União Soviética (polaridades definidas), estando os demais países direta ou indiretamente ligados a esses. No entanto, após a Guerra Fria, as relações internacionais se movimentaram de maneira mais interdependente, possibilitando o fortalecimento de outros países-potência, como a China, a Índia ou o Brasil, bem como novos atores e temas, como as organizações internacionais ou questões sobre segurança cibernética (polaridades indefinidas). Essa mudança de um sistema internacional polarizado para não polarizado, está diretamente ligada ao processo de globalização e de fragmentação das relações internacionais. As fronteiras, antes deste período, da Guerra Fria, como dito, eram vistas geralmente como área de separação, de limites, onde necessariamente termina e começa outro Estado, onde o poder deste é “restrito ao seu território (...) sua soberania é limitada a seu espaço territorial” (CLAUZEWITZ apud SILVA, 2002, p.38). Entretanto, a queda do muro de Berlim, a despolarização do poder mundial e o advento do fenômeno da globalização propiciaram novas abordagens sobre os estudos do significado do conceito de fronteira nas Relações Internacionais.

A partir do quadro acima, é possível defender o argumento de que existem novos atores no cenário internacional se considerarmos que isto é “um reflexo de novas condições da política global causadas pela crescente globalização” (CHA, 2000 apud MULLER, 2007, p. 369) ¹. Passou-se a entender as temáticas concernentes às fronteiras entre os Estados, na qual se repensou o tradicional e ampliou-se o leque de variáveis, adicionando novos atores além do Estado, tais como os indivíduos humanos e as organizações internacionais:

“Era uma vez, o mundo não era como ele se apresenta hoje. O modelo de inclusão e exclusão, que agora tomamos como verdades absolutas são inovações históricas. O princípio do Estado soberano é uma expressão clássica deste modelo, uma expressão que encoraja a acreditar que estes modelos são permanentes. Ela fica a unidade e diversidade, ou o *inside* e *outside*, ou espaço e tempo, o que não é natural. E também não é inevitável. É uma parte crucial das práticas dos Estados modernos, mas não são naturais, nem mesmo inevitáveis” (WALKER apud CAMARGO, 2011, p.12). ²

Imaginar nosso mundo sem fronteiras, ou até mesmo imaginá-lo com fronteiras totalmente delimitadas e intransponíveis,

¹ A reflection of new conditions of global politics engendered by increasing globalization.

² WALKER, R. **Inside: Outside:** International Relations as Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, p. 179, 2003.

não é uma tarefa fácil. As fronteiras sempre representaram um papel importante para o estudo das RI.

Portanto, atualmente, é possível estudar as fronteiras sob outros pontos de vista além dos tradicionais. Fronteira então pode ser considerada como uma ideia socialmente construída, cuja discussão sobre sua construção implica admitir que o conceito de *fronteira* está permeado por outras constituições como a de identidade, de cultura e de nacionalismo, cada qual trazendo consigo diversas abordagens possíveis. Essa “mudança paradigmática” permite-nos não apenas estudar percepções e atores até então marginalizados nas RI, como a mídia, por exemplo, porém torna possível a agregação de teorias e métodos pertencentes a áreas da ciência além das RI, incentivando o exercício da interdisciplinaridade nesta disciplina. Desse modo, consente-se aceitável e bem-vinda a proposta, elaboração e execução da presente pesquisa, cujas premissas básicas principiam-se em teorias recentemente agregadas ao *mainstream* das Relações Internacionais, as quais estarão associadas a abordagens que começam a ser utilizadas na área.

A partir desse histórico, cabe dizer que o tema proposto para pesquisa carrega o seguinte título: “*A Construção da Fronteira na Mídia Impressa de Roraima: uma análise da região Brasil-Guyana-Venezuela*” e buscou identificar as construções atribuídas aos sentidos de ‘fronteira’ no discurso jornalístico local.

Temporalmente, considerou-se como marco histórico principal o período selecionado de um ano (2009). Justifica-se a escolha desse período porque foi o ano em que ocorreu a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, a inauguração da ponte sobre o rio Tacutu ligando o Brasil à Guyana e quando a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal aprovou a entrada da Venezuela no Mercosul. Conseqüentemente, nesse período a tríplice fronteira recebeu uma atenção especial nos meios de comunicação, o que permitiu verificar, por meio do método da Análise de Discurso, quais foram os principais significados de fronteira que se construíram no discurso jornalístico local para os atores da sociedade civil naquele período.

O objeto de aplicação da análise foi o *Caderno A da Folha de Boa Vista*. Fundamenta-se a escolha desse jornal pelo motivo de que este periódico é o de maior circulação do estado de Roraima. Portanto, acredita-se que, dentre os jornais brasileiros, a *Folha de Boa Vista* é o que possui “maior propriedade” para falar sobre o assunto. Após análise prévia do material selecionado, separou-se 60 reportagens que se encaixaram nos nossos eixos estruturantes da pesquisa (‘fronteira’, ‘Guyana’ e ‘Venezuela’).

Sob o ponto de vista das Relações Internacionais adotou-se, como marco teórico, a teoria Construtivista. Essa teoria permitiu entender a mídia como ator, a fronteira como possuidora de múltiplos

sentidos e permitiu também a parceria com a teoria da Análise de Discurso (AD), que possibilitou uma análise mais específica do material selecionado para estudo. De acordo com a teoria Construtivista das RI, vivemos em um mundo socialmente construído pela linguagem e discurso e, nesse sentido, acredita-se que revelar a construção do significado da fronteira em nossa região é fundamental para as formulações de políticas públicas e esse processo de significação pode passar, claramente, pela grande mídia local.

Dividiu-se o presente livro em 4 (quatro) capítulos. O capítulo 1 percorre pelos principais conceitos da teoria que alicerça o presente trabalho, sob o ponto de vista das Relações Internacionais, o Construtivismo. Discorre-se sobre o surgimento e o estabelecimento dessa linha de pensamento na disciplina e suas principais características básicas. À medida que o texto do capítulo 1 se desenvolve, evidencia-se que, dentre as correntes pertencentes ao Construtivismo, apoiou-se, fundamentalmente, nos estudos dos teóricos *modernistas-linguistas* do Construtivismo. Por fim, cabe ressaltar que, no capítulo 1, tentou-se enxergar a mídia e a fronteira sob o ponto de vista dessa teoria, bem como explicou-se como se dá a possibilidade de inserir teorias vindas de outras áreas do conhecimento, como a Análise de Discurso, da Linguística, nos estudos das Relações Internacionais.

O capítulo 2, por sua vez, discorre sobre alguns aspectos pertinentes ao conceito de *fronteira* nas RI e elementos fundamentais para compreender a disposição histórica e geográfica da região Brasil-Guyana-Venezuela. Nele, apresenta-se, primeiramente, um panorama geral sobre o debate atual na disciplina de RI sobre a fronteira e o surgimento do Estado-Nação. Posteriormente, apresenta-se ao leitor questões relativas às velhas e às novas abordagens sobre *fronteira* nas Relações Internacionais. Dadas algumas informações que foram julgadas necessárias para o entendimento de *fronteira* nas RI, mostra-se informações gerais sobre o histórico e a geografia da região fronteiriça em questão.

O capítulo 3 estuda noções fundamentais da complexa teoria da Análise de Discurso. Nesse capítulo, utiliza-se fundamentalmente autores como Eni Orlandi, Michel Pêcheux e Bethânia Mariani, que trabalham com a teoria da Análise de Discurso de linha francesa. O capítulo 3 funciona como uma ponte entre a teoria Construtivista das Relações Internacionais e a Análise de Discurso. Nele, caminha-se pelo interessante percurso da teoria discursiva, que será fundamental para compreender os métodos e as teorias utilizadas para analisar o corpus selecionado para pesquisa.

No último capítulo, o 4, após terem sido apresentados as teorias e os principais conceitos a serem trabalhados no livro, inicia-se, então, a análise do corpus recortado. Nele, investiga-se os

sentidos que percorrem todo o processo de significação dos sentidos que vão sendo atribuídos à região Brasil-Guyana-Venezuela. O capítulo 4 se subdivide em outros tópicos que, didaticamente, ajudam a mapear o caminho utilizado para depreender como os sentidos funcionam ao longo do corpus. Neste capítulo, apoia-se nos principais conceitos da AD abordados no capítulo 3, sem necessariamente voltar a citá-los. Ainda, a seguinte pergunta orientou o percurso do livro e, sobretudo, o capítulo 4: *quais os sentidos atribuídos à fronteira na grande mídia local?* Partindo dessa direção, capta-se e ilustra-se a materialização dos jogos discursivos presentes no material analisado. Por fim, são apresentadas as conclusões sobre a análise realizada no capítulo 4, em forma de tópicos. Na conclusão do livro, reflete-se sobre os significados de fronteira à luz das Relações Internacionais, bem como as principais limitações encontradas no presente trabalho.

CAPÍTULO 1

Mídia, fronteira e construtivismo

MÍDIA, FRONTEIRA E O CONSTRUTIVISMO

Para desenvolver este trabalho, escolheu-se, dentre o arcabouço de teorias da área das Relações Internacionais (RI), as ideias abordadas pelos autores Construtivistas, pois estas permitem situar atores não estatais como objetos relevantes nas relações internacionais. Além disso, o Construtivismo possibilita explorar o conceito de fronteira sob uma perspectiva diferente da visão realista tradicional, na qual percebe-se a fronteira como um espaço de divisão. Permite-nos também agregar ao presente livro a crença na importância do estudo do discurso e da linguagem nas RI, possibilitando a parceria com a teoria da Análise de Discurso (AD), da Linguística, na análise da mídia impressa roraimense.

Acredita-se que o papel da mídia na política internacional, as ideias acerca da constituição da noção de ‘fronteiras’ e a teoria da Análise de Discurso, da Linguística, serão mais bem compreendidos e explicados se analisados sob a perspectiva do Construtivismo, pois a presente pesquisa e o Construtivismo carregam a mesma premissa básica: “vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.162). Portanto, considera-se que o mundo é socialmente construído e passível a modificações.

As reflexões construtivistas ajudarão a entender como atores não estatais também são peças-chave na compreensão das relações sociais. O Construtivismo permite-nos estudá-los e ajuda a estabelecer um lugar ao estudo da linguagem e do discurso no contexto social, bem como o lugar da mídia e das novas concepções sobre fronteira. O objetivo deste capítulo é referenciar o marco teórico que guiará este livro e, por meio da teoria Construtivista das RI, elucidar os principais termos e métodos utilizados para a reflexão dos sentidos do conceito de fronteira na mídia impressa de Roraima.

Construtivismo nas Relações Internacionais

Durante a década de 1980, as duas principais teorias positivistas vigentes no campo das RI – o realismo e o liberalismo – começaram a ser criticadas mais intensamente por críticos pós-positivistas (JACKSON; SORENSEN, 2005). O fim inesperado e imprevisível da Guerra Fria, de acordo com o realismo e o liberalismo, evidenciou o reconhecimento de que era preciso rever os conceitos e as premissas da área das RI. A partir desses acontecimentos e de outros fatos, como o advento da globalização, abriu-se espaço nos estudos das RI para novas teorias, como o Construtivismo, que abordavam novos temas sob diferentes perspectivas (KAUPPI; VIOTTI, 2009):

“O que teve início a partir dos anos 1980 como uma crítica construtivista ao realismo e ao liberalismo tem se expandido dramaticamente num programa de pesquisa robusto e de força empírica significativa atingida através de uma diversidade de abordagens (...) nos abrindo a dimensões subjetivas não apenas de saber, mas também de criar o mundo do qual somos integrantes.” (KAUPPI; VIOTTI, 2009, p. 276).

Resende (2010) reforça essa mudança nas discussões sobre as abordagens metodológicas nas RI:

“A partir do final da década de 80, sopram novos ventos na área das Relações Internacionais (RI). Tratava-se de um conjunto de críticas que, tomadas como um todo sinalizava o reconhecimento, talvez implícito de que o ramo de RI vivia em tempos de crise. A crise era sentida na dificuldade de teorias, conceitos e modelos tradicionais em explicar uma realidade que não mais aceitava categorias e rótulos simplistas” (RESENDE, 2010, p. 12).

Apoiando-se no trabalho de Nicholas Onuf, o Construtivismo “é uma maneira de estudar as relações sociais – qualquer tipo de relações sociais” (ONUF, 1998, p. 58). O Construtivismo pode ser aplicado em diversas áreas das Ciências Sociais - incluindo as Relações Internacionais - pois seu principal foco está nas crenças intersubjetivas da sociedade. De acordo com a filosofia Construtivista:

“A história não é um processo externo, que se desenvolve independentemente das ideias e do pensamento humano (...). Tudo aquilo que é inerente ao mundo social dos indivíduos é elaborado por eles mesmos – sendo assim, o fato de os homens o construírem, o torna compreensível.” (JACKSON; SORENSEN, 2005, p. 342).

A partir dessa premissa, mídia e fronteira – dois conceitos que serão muito abordados na presente pesquisa –, bem como as relações internacionais e inúmeras outras ideias e conceitos, serão analisados sob a ideia de que são socialmente construídos, projetados pela mente e linguagem humana. Dessa maneira, é possível afirmar que:

“O mundo social é um mundo da consciência humana: de pensamentos e crenças, de ideias e conceitos, de linguagens e discursos, de sinais, indicações e entendimentos entre seres humanos, especialmente entre grupos de seres humanos, como Estados e nações” (JACKSON; SORENSEN, 2005, p. 342).

De tal forma, o alicerce do pensamento Construtivista é o de que a realidade é socialmente construída. Outro ponto importante da teoria é o “de que maneira o conhecimento, ou seja, os símbolos, regras, conceitos, e categorias, molda a maneira como os indivíduos

constroem e interpretam seu mundo” (BARNETT, 2008, p.163). Nota-se que essa linha de pensamento focaliza o homem e suas relações sociais em vez de enxergar apenas o Estado como ator unitário ou o sistema internacional e a realidade como concepções dadas.

Sobre a realidade das ideias, Barnett (2008) reitera que “a realidade não existe lá fora esperando para ser descoberta; em vez disso, o conhecimento historicamente e culturalmente produzido possibilita os indivíduos construir e dar significado à realidade” (idem.). Ou seja, os objetos e fatos sociais estão sempre dependentes ou subordinados à interpretação humana por meio da linguagem. Assim, a partir desse ponto de vista, é que os temas abordados no presente livro, tais como mídia e fronteira, serão tratados: como construções sociais dependentes da interpretação e conhecimento humanos.

No entanto, a teoria Construtivista não é uma teoria uniforme e uníssona. Há divergências em sua composição (ADLER, 1997). Por esse motivo, vale ressaltar que na presente pesquisa serão abordadas as ideias dos autores *modernistas-linguistas* do Construtivismo, que serão mais bem compreendidos posteriormente no próximo subitem deste capítulo.

Mídia e o Construtivismo

Uma vez que esta pesquisa é baseada nas matérias sobre fronteira publicadas na imprensa roraimense ao longo do ano de 2009, torna-se importante explicar a importância do papel da imprensa como um ator relevante no contexto social. Para tanto, acredita-se que as ideias Construtivistas são eficientes nesta tarefa. Para dar significado ao papel da mídia nas RI e considerá-la como um ator importante no cenário escolhido - a região fronteira entre o Brasil, Guyana e Venezuela - os trabalhos dos estudiosos construtivistas se mostram pertinentes, pois, de acordo com estes, podemos entender “como ideias definem a estrutura internacional; como tal estrutura modela as identidades, interesses e as políticas externas dos Estados...” (BARNETT, 2008, p. 163) e, sobretudo, “como **estados e atores não estatais** reproduzem essa estrutura – e podem transformá-las.” (idem.).

O Construtivismo foca na proposição de que os “seres humanos são seres sociais, e nós não seríamos humanos se não fosse pelas nossas relações sociais” (ONUF, 1998, p.59, tradução nossa), ou seja, são essas relações que nos constroem e ao mundo em que vivemos. Ao reforçar o princípio de que as ideias e os valores ocupam um lugar de destaque nas construções sociais, torna-se

possível destacar o papel e a posição-sujeito que a mídia ocupa na sociedade, visto que nela as principais formações de ideias, valores e sentidos de uma determinada realidade percorrem, se projetam e se deslocam. Segundo um dos principais autores dessa corrente, Nicholas Onuf:

“Nós *fazemos* do mundo o que ele é, a partir das matérias primas que a natureza provê, fazendo o que fazemos uns aos outros e dizendo o que dizemos uns aos outros. De fato, dizer é fazer: falar é indubitavelmente a maneira mais importante que utilizamos para fazer do mundo o que ele é” (ONUF, 1998, p.59, tradução nossa).

Portanto, é possível pensar sobre as proposições Construtivistas para enxergar o papel da mídia nas Relações Internacionais, já que estas acreditam que o “sistema internacional é um conjunto de ideias, um acervo de pensamentos, um sistema de normas, organizado por determinadas pessoas em uma época e local particulares” (JACKSON; SORENSEN, 2003, p.341). Ou seja, podemos afirmar que, em certa medida, a mídia funcionaria como uma caixa de ressonância, na qual podem ser encontradas as principais ideias e pensamentos de um determinado local numa determinada época ali projetados. No caso do presente livro, serão as ideias e pensamentos presentes (e também as ausentes) nas matérias

sobre as fronteiras internacionais do estado de Roraima que serão analisadas e que podem funcionar como um instituidor de possíveis sentidos atribuídos para a fronteira na sociedade local.

Sobre a realidade das ideias, há uma perspectiva principal para o presente projeto: a *perspectiva constitutivista* (WOOLGAR, 1983 apud ADLER, 1997). As principais proposições teóricas que serão adotadas adequam-se à perspectiva constitutivista que, “embora não neguem a existência da realidade material, acreditam que ela não pode ser conhecida além da linguagem humana” (WOOLGAR, 1983 apud ADLER, 1997, p. 207) e, ainda segundo esta mesma reflexão teórica, “nós não temos meios de decidir quais afirmativas correspondem à realidade a não ser por outras afirmativas, não faz sentido assumir a existência independente de uma realidade externa logo de saída” (idem.). Ou seja, para os teóricos constitutivistas, o único e mais importante modo de entender o mundo em que vivemos é através do discurso e da construção social permitida pela linguagem humana.

Segundo Adler, na teoria Construtivista das Relações Internacionais, há uma vertente denominada *modernistas-linguistas*, cujos principais colaboradores foram os teóricos Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil:

“Esses construtivistas defendem que a compreensão das relações internacionais só pode ser feita ao se considerar as normas e linguagens que constituem os fatos sociais. O interesse dos modernistas-linguistas é entender como as regras sociais são responsáveis pela constituição mútua e recíproca entre as pessoas e a sociedade. Outra característica relevante abordada por esse grupo é a ênfase no poder do discurso em construir realidades sociais” (ADLER apud. CAMARGO, 2009, p.24).

Resumidamente, acredita-se, nesse livro, que a realidade existe, porém só poderá ser compreendida em todas as suas nuances pela organização do discurso (linguagem humana). E é exatamente esta proposta, a de analisar a realidade por meio do *como* determinada “regra social” é constituída, apresentada pelos teóricos Construtivistas da linha *modernista-linguista* das Relações Internacionais, que se busca identificar as formações discursivas sobre a tríplice fronteira na mídia impressa roraimense. Para isso, utilizaremos a teoria da Análise de Discurso (AD), que será mais bem explicada no capítulo 3.

Fronteiras e o Construtivismo

Admitir que o mundo é interpretado e construído pelo conhecimento e pelas ideias dos indivíduos (BARNETT, 2008) é requisito, nesta pesquisa, para explorar a construção da noção de

‘fronteira’ no discurso midiático escolhido. Ressalta-se que se optou por adotar uma concepção diferenciada de fronteira, que não se limita a considerá-la somente como uma linha limite entre dois Estados. As fronteiras podem ser consideradas fatos sociais “dependentes da concordância humana e são tidas como certas” (BARNETT, 2008, p.162, tradução nossa). As fronteiras são fatos sociais e, como todo fato social, de acordo com o Construtivismo, são socialmente idealizados e construídos, pois “os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem” (ADLER, 1997, p.206).

Então, a partir desse raciocínio, o entendimento coletivo sobre a tríplice fronteira roraimense “dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder” (idem.), até mesmo de como são formadas as opiniões dentro do meio social, da elaboração de políticas públicas relacionadas ao relacionamento entre Roraima e os países vizinhos e, além disso, de como a mídia forma e reproduz essas noções sobre a tríplice fronteira.

Para pensar a fronteira dessa forma, como uma construção social, é necessário deixar de lado as concepções tradicionais sobre o assunto, que apresentam fronteira apenas como uma linha de separação entre um Estado e outro e passar a perceber a fronteira

como um espaço passível a interação e à frequente interação social, política e econômica.

A ideia de territorialidade - de fronteira - de uma “declaração de propriedade; da maneira de separar o que é nosso do que é deles (...) é uma ideia poderosa, tão poderosa, de fato, que é frequentemente tida como certa” (WILLIAMS, 2006, p.1). Desse modo, “fronteiras são pensadas como delimitação de propriedade, como delimitação de autoridade, como linhas defensivas e marcar a diferença entre ‘nós’ e ‘eles’”. (idem.).

No entanto, é possível pensar “a fronteira como lugar que vai além do poder soberano e que permite a construção de identidade que se autorregulam num processo histórico independente, significa também pensar a denominação ‘estrangeiro’ como uma classificação flexível e socialmente construída” (CAMARGO, 2011, p. 4).

Diferente das concepções tradicionais realistas - nas quais as fronteiras podem ser consideradas como linha que divide, linha que separa, onde há diferentes interesses dirigidos por distintos polos de poder – no Construtivismo é possível conceitualizar as fronteiras como uma prática social: “o que uma fronteira é, o que ela significa e o que ela faz não estão separados do que os seres humanos pensam sobre essas questões e que um complexo relacionamento entre ideias e ações sociais baseadas em ideias sustenta a construção das ‘fronteiras territoriais’” (WILLIAMS, 2006, p.6.) Ou seja, acredita-

se que a tríplice fronteira estudada nesse livro também é uma construção social. E as ideias projetadas na mídia fazem parte do complexo jogo social de construção do significado da fronteira no recorte temporal escolhido, o ano de 2009.

Por fim, a teoria Construtivista das Relações Internacionais este livro do início ao fim, dando subsídios para compreender os conceitos e metodologias abordadas da maneira pretendida. No entanto, para possibilitar uma análise mais específica das matérias publicadas na *Folha de Boa Vista* sobre as fronteiras do Brasil com a Guyana e com a Venezuela, elegeu-se a Análise do Discurso, teoria provinda da Linguística - cujo principal expoente é Michel Pêcheux na França e Eni Orlandi aqui no Brasil - para dialogar com o Construtivismo. A AD possui o referencial adequado para a análise dos textos e discursos jornalísticos e possibilitará um desdobramento específico e prático das ideias construtivistas, pois tem o *discurso* como objeto de estudo. Assim, ambas as teorias caminharão de mãos dadas ao longo desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

A tríplice fronteira

A TRÍPLICE FRONTEIRA

No capítulo anterior, foram abordadas algumas questões sobre as fronteiras nas relações internacionais em geral. No entanto, acredita-se que para prosseguir com o desenvolvimento deste trabalho, é necessário apresentar ao leitor alguns aspectos gerais sobre a região em questão - a tríplice fronteira Brasil-Guyana-Venezuela, localizada ao norte do estado de Roraima - sobretudo em relação à sua história e geografias física e política. Por isso, retomaremos alguns conceitos apresentados anteriormente sobre a fronteira nas Relações Internacionais (RI) e mostraremos alguns pontos que se acredita serem importantes para entender o recorte espacial escolhido para análise.

Debate sobre Soberania estatal nas Relações Internacionais

O Estado caracterizou-se como ator unitário no campo de estudo das Relações Internacionais durante um grande período. Atualmente, apesar das mudanças no cenário internacional, que dividiram as atenções para além do Estado (projeção de novos atores), tal unidade de análise continua a representar papel de maior destaque na disciplina (PECEQUILO, 2004). Há, atualmente, debates sobre a data e como se deu a origem dos Estados modernos, sobre

sua soberania e o futuro dela no mundo contemporâneo. No presente trabalho, não temos a pretensão de apresentar um panorama completo ou amplo em relação à discussão que tem ocorrido nas RI sobre a soberania estatal e seu lugar no mundo globalizado: o que pretendemos é mostrar ao leitor que assuntos relacionados à nossa temática principal – as fronteiras – dividem opiniões de pesquisadores da área e, por isso, não possuem definição unívoca.

Dos marcos do processo de consolidação do Estado moderno, o Tratado de Westphalia é o que possui aceitação predominante nas RI. Conforme descrito por Pecequilo:

“O nascimento desta entidade política [o Estado] remete-se aos séculos XV e XVI, acompanhando o processo de decadência da Idade Média e suas formas organizacionais iniciado um pouco antes. A consolidação do chamado Estado Moderno, entretanto somente se dará nos séculos XVII e XVIII, com a definição de seus principais pilares e características. Para as Relações Internacionais, o marco deste processo de ascensão e afirmação do Estado será o Tratado de Vestfália, assinado em 1648 no encerramento da Guerra dos Trinta Anos [...] Neste tratado, serão definidos como princípios básicos a soberania política dentro de um determinado território e o reconhecimento dos demais Estados para fazer valer essa soberania (PECEQUILO, 2004, p.42).”

No entanto, mesmo que os acordos de Westphalia sejam considerados um dos marcos principais para o campo das Relações

Internacionais, estudos recentes buscam desvendar as bases de tais ideias. Alguns autores apresentam outras linhas de pensamento, como Charles Tilly, por exemplo, o qual defende que os Estados - com interesses fortemente econômicos – lutaram ao longo dos anos para homogeneizar normas, regras, sua nacionalidade etc., e o fizeram por meio da barganha e luta pelo monopólio do uso da força contra organizações e atores não estatais, pois até então este, o uso da força, era “democratizado” (TILLY apud THOMSON, 1994, p.3). Logo, para Tilly, o que representa os motivos principais para a concepção da entidade política soberana conhecida como Estado Nação não são os tratados feitos de Westphalia, em vez disso, o esforço em promover o desenvolvimento econômico é que tem como requisito a construção de Estados homogêneos e soberanos.

Da mesma maneira, Janice Thomson, baseada nas ideias de Tilly, é uma das autoras que discorda da ideia de Westphalia como pedra angular maior na história da construção do Estado moderno. Thomson argumenta que a atual forma de conceber o Estado que conhecemos se deve ao “‘desarme’ das atividades transnacionais não estatais, que marcou a transição da heteronomia para a soberania e a transformação dos Estados no sistema de Estado Nação” (THOMSON, 1994, p. 4, tradução nossa). Ou seja, somente com o início do monopólio do uso da violência e da força – que antigamente era feito geralmente por grupos transnacionais não

estatais, como piratas e mercenários – é que o sistema atual de organização dos Estados tomou forma.

Ainda sobre a soberania do Estado moderno, porém com ênfase no seu papel no futuro, diversos estudiosos discutem seu significado perante alguns fenômenos contemporâneos, como a globalização. Funções exclusivas de Estados estariam sendo executadas por agentes não estatais, como instituições intergovernamentais, organizações não governamentais, ou mesmo corporações regionais ou locais, por exemplo. Nesse campo de discussão, encontram-se autores como Martin van Creveld. Creveld, em seu livro *The Rise and Decline of the State*, traça a história do Estado desde o seu início, com as organizações políticas mais simples, passando por suas diversas formas ao longo dos tempos, até sua configuração atual. O Estado contemporâneo, segundo o autor, estaria perdendo soberania graças a instituições não estatais de todos os tipos. Devido a novas tecnologias de comunicação e de transporte, dentre outras, algumas dessas organizações podem se tornar mais ricas e influentes que muitos Estados, além de influenciar opiniões dos cidadãos melhor que governantes ou mesmo ter posse de armas e do uso da violência (terroristas e guerrilheiros, por exemplo), voluntária ou involuntariamente (VAN CREVEL, 1999).

Como é possível observar nas ideias dos autores acima citados – dentre as diversas possibilidades de citação – é certo que há

uma mudança recente no conceito de soberania e mesmo no conceito de Estado Nação. Ou seja: a própria concepção sobre o que constituiu, o que constitui e o que constituirá um país não é consenso na área. No entanto, o foco e o ponto de partida do presente livro é outro. Não almejamos discutir aqui a constituição de algum Estado Nação. Em vez disso, pretendemos analisar uma região fronteiriça específica (Brasil-Guyana-Venezuela) a partir do debate sobre as definições de fronteira (Como é percebida a fronteira? Ela é uma linha de cooperação ou de conflito? Quais os principais atores?).

Fronteira nas Relações Internacionais

Nos meados da década de 1980, com a desintegração da União Soviética e o fortalecimento da globalização, as definições clássicas de fronteira - aquelas que a definia como uma barreira entre nós e o outro, como uma linha que separa ou que divide, começaram a dar espaço às novas abordagens sobre o tema. Tais novas abordagens ocuparam mais frequentemente a agenda de pesquisa da RI ao longo dos últimos anos, em consequência dos resultados do processo de globalização, dentre outros, como a criação de espaços “supra territoriais”; por exemplo, a Internet e o sistema financeiro global (WILLIAMS):

“Noções de uma emergente sociedade civil e de movimentos sociais transnacionais também contribuem para aumentar afirmações acerca da inabilidade de uma concepção estritamente baseada numa concepção de fronteira territorial da política para abranger adequadamente o leque de atores não estatais sociais, políticos e econômicos em jogo no cenário político internacional, ou talvez global” (WILLIAMS, 2006, p.3).

Em tempos recentes, as noções sobre as fronteiras ganharam um leque de atores e temas mais amplos. Até mesmo nas estruturas internacionais na quais os Estados eram considerados os principais atores cederam espaço para abordagens mais específicas, focadas, sobretudo, no homem e no meio ambiente:

“Estruturas formais, institucionalizadas e hierárquicas ligadas às instituições políticas de um único Estado estão sendo substituídas por estruturas menos baseadas no Estado e mais flexíveis, como foco em questões específicas” (WILLIAMS, 2006, p.3).

As novas concepções sobre fronteira abrangem atores além do Estado e focam nas relações sociais e na figura humana. É a partir dessa linha de pensamento que esse livro será guiado:

“A ideia de que as fronteiras extrapolam o exercício da soberania nacional e de que são lugares de construções de narrativas identitárias pode trazer como contribuição o foco no indivíduo, suas necessidades e expressões para a

formulação de políticas públicas. Fronteiras passam a ser vistas como áreas férteis, que permitem identificar problemas e compartilhar soluções em comum. São locais que possibilitam o reconhecimento do outro, de suas identidades e culturas, elementos essenciais para o processo de integração regional” (CAMARGO, 2011, p. 3).

As abordagens clássicas e as novas abordagens podem ser divididas a partir de quatro níveis: o nível social, o econômico, o militar e o político. Para melhor esclarecer as classificações das abordagens ao leitor, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 1- “Comparação entre as clássicas e as novas abordagens sobre fronteira”

ABORDAGEM	SOCIAL	ECONÔMICA	MILITAR	POLÍTIC A	
CLÁSSICAS	Negação do outro	Proteção do comércio	Barreira de defesa contra possíveis ameaças	Elemento vital da soberania e do poder do Estado	Visão negativa de Fronteira
NOVAS	Tolerância e construção de identidades	Políticas públicas adequadas à região. Compartilhamento de problemas	Integração. Cooperação bilateral e multilateral	Assistênci a e cooperaçã o mútua entre os Estados	Visão positiva de Fronteira

Fonte: Elaborado pelo autor e por Julia Faria Camargo.

Consideraremos que é possível haver atores não estatais capazes de influenciar a construção da noção sobre o conceito de fronteira na região analisada e que há problemas e possíveis soluções em comum dentre os três países analisados. No entanto, a priori, não podemos afirmar que há opção completa e deliberada, no trio de países, pela nova ou pela antiga abordagem sobre fronteira das RI para a região em questão. Não podemos afirmar que a fronteira é uma área de total integração ou de pleno conflito; em vez disso, vê-las como um lugar possuidor de peculiaridades, como considerado por Becker (2004):

“Embora a fronteira possa ser um fator de integração, na medida em que é uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado de uma fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas. Caracterizam-se ainda as fronteiras, por serem locais de instabilidade e mutabilidade onde podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas (nacionalistas, libertadores, econômicos etc.), a partir tanto das aspirações das populações que vivem nessas zonas, como de pressões externas” (BECKER, 2004, p.57).

Tríplice fronteira Brasil-Guyana-Venezuela: aspectos gerais

Saltando dos aspectos teóricos para um enfoque mais prático, acreditamos que, antes de partirmos para a análise pretendida, é preciso apresentar alguns aspectos gerais sobre a formação física e histórica do estado de Roraima e de sua conexão com as nações vizinhas. Abordagens essas que se encontram nos parágrafos a seguir. Acreditamos que seja importante notar que, como a presente pesquisa tem como *corpus* de análise um jornal brasileiro local e investiga a construção do sentido de ‘fronteira’ a partir das *formações discursivas* encontradas nas falas de atores nacionais, apresentamos aqui aspectos gerais sobre a formação da fronteira do ponto de vista brasileiro e talvez não represente a historiografia geralmente apresentada nos dados oficiais da Guyana ou da Venezuela.

A atual formação da fronteira norte do Brasil está diretamente ligada ao esforço dos governos brasileiros em conquistar, estabelecer e manter seu predomínio sobre a Amazônia. Em meados do século XVIII, a fronteira do extremo norte brasileiro ainda não havia sido estabelecida definitivamente. Tal região sofria constantes invasões de espanhóis, ingleses e holandeses, o que representa um dos principais motivos para o início das construções de diversas fortificações, como o Forte São Joaquim, na confluência

entre os rios Tacutu e Uraricoera, onde é formado o Rio Branco – principal rio do estado de Roraima, afluente do Rio Negro que, por sua vez, desagua no Rio Amazonas.

Segundo estudo sócio econômico divulgado pelo Governo do Estado de Roraima, no ano de 2010, foi a partir da fundação da Fazenda Boa Vista, em 1830, pelo Capitão do Forte São Joaquim, Inácio Lopes de Magalhães, que a ocupação do estado de Roraima, uma das últimas faixas de fronteira do país a ser definida, começou a tomar forma (CGEES/SEPLAN, 2010). Até ser elevada à categoria de capital do estado de Roraima, Boa Vista foi primeiramente sede da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo; depois passara a ser categorizada como município de Boa Vista do Rio Branco do estado do Amazonas. Após breve período de tempo, já em 1926, o município passou a ser considerado uma cidade daquele estado (do Amazonas); em 1938 ganhou a nomenclatura atual (Boa Vista); e, no governo Vargas, em 1943, criou-se o Território Federal do Rio Branco, que logo depois mudaria o nome para Território Federal de Roraima, primeiro passo rumo à emancipação perante o Amazonas. No entanto, somente em 1988, no ano de promulgação da nova Constituição Federal, é que Roraima fora transformado em estado da Federação. Atualmente, Roraima possui cerca de 450 mil habitantes cuja capital é a cidade de Boa Vista (idem.). Ainda segundo o estudo, a principal estrutura produtiva do estado encontra-se no setor

terciário, pois a maior parte da geração de emprego e renda provém dos setores públicos.

A partir desse movimento rumo ao estabelecimento brasileiro na região, o governo do país incentivou a criação de gado bovino no Território do Rio Branco, atual estado de Roraima. Dessa maneira, a história roraimense começou a tomar forma e, hoje, essa unidade federativa possui todas as suas fronteiras oficialmente delimitadas, inclusive com os países mais próximos: Guyana e Venezuela.

Localizada no ponto mais setentrional do país, a região fronteira do estado de Roraima, formada com a Guyana e a Venezuela, constitui o recorte espacial do presente livro. Esse espaço de fronteira é marcado pela proximidade entre as cidades e pela multiculturalidade das populações. Diferentes línguas e costumes dividem um espaço em comum. Observe no mapa a seguir, com especial atenção ao sudoeste, nordeste, noroeste e norte do estado, onde se encontram, respectivamente, o país guianense e o país venezuelano.

Figura 1- “Mapa’ Político de Roraima”



Fonte: Instituto de Terras e Colonização de Roraima.

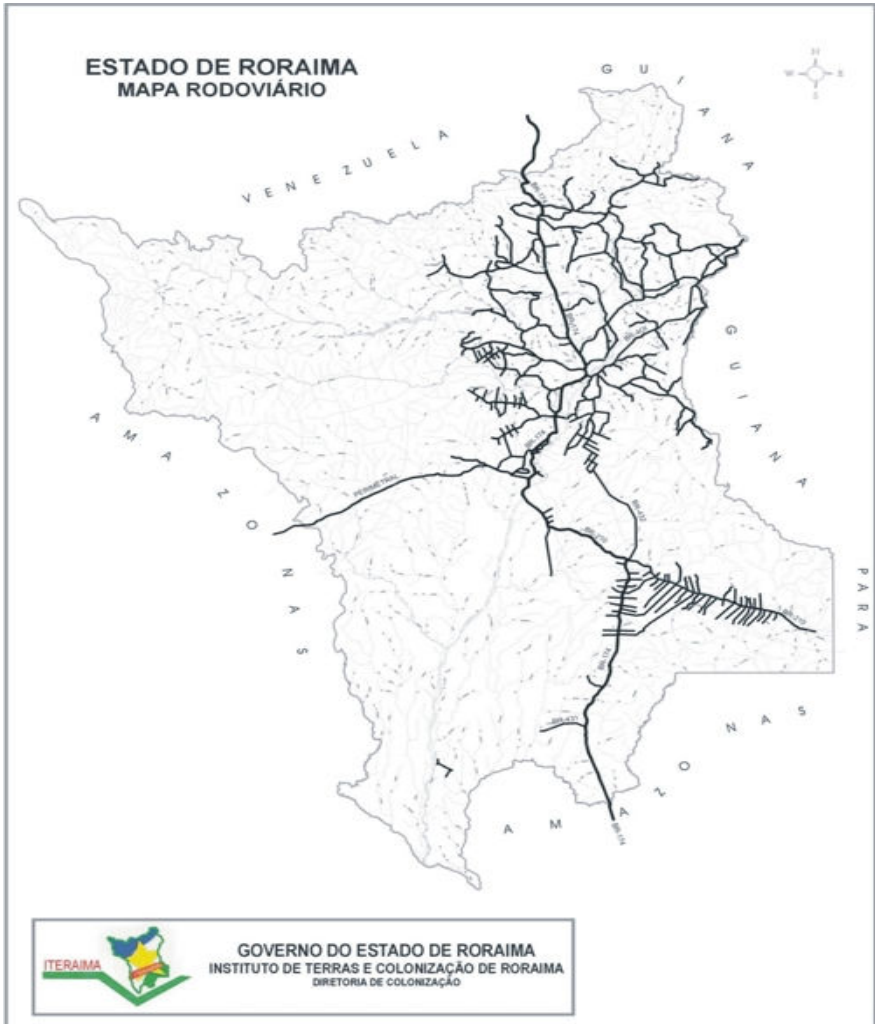
Observe que tanto a fronteira com a Guayana quanto a fronteira com a Venezuela possuem extensões notórias. Em relação

ao acesso à Guyana, há conexão terrestre através da BR-401. Em 2009, foi inaugurada a ponte sobre o Rio Tacutu, ligando um país ao outro.

A fronteira de Roraima com a Venezuela também é de importância significativa, principalmente devido à rodovia federal que interliga a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, à Venezuela, atravessando todo o estado roraimense (Figura 2 e Figura 3). Além da interconexão rodoviária, os municípios do estado de Roraima são, em parte, energeticamente abastecidos pela linha de transmissão da hidrelétrica de Guri, pertencente ao país venezuelano (Figura 4) (BECKER, 2000).

A localização da BR-174, da BR-401 e da linha de transmissão de Guri podem ser mais bem observados nos mapas das páginas seguintes:

Figura 2: **Infraestrutura Rodoviária de Roraima”**



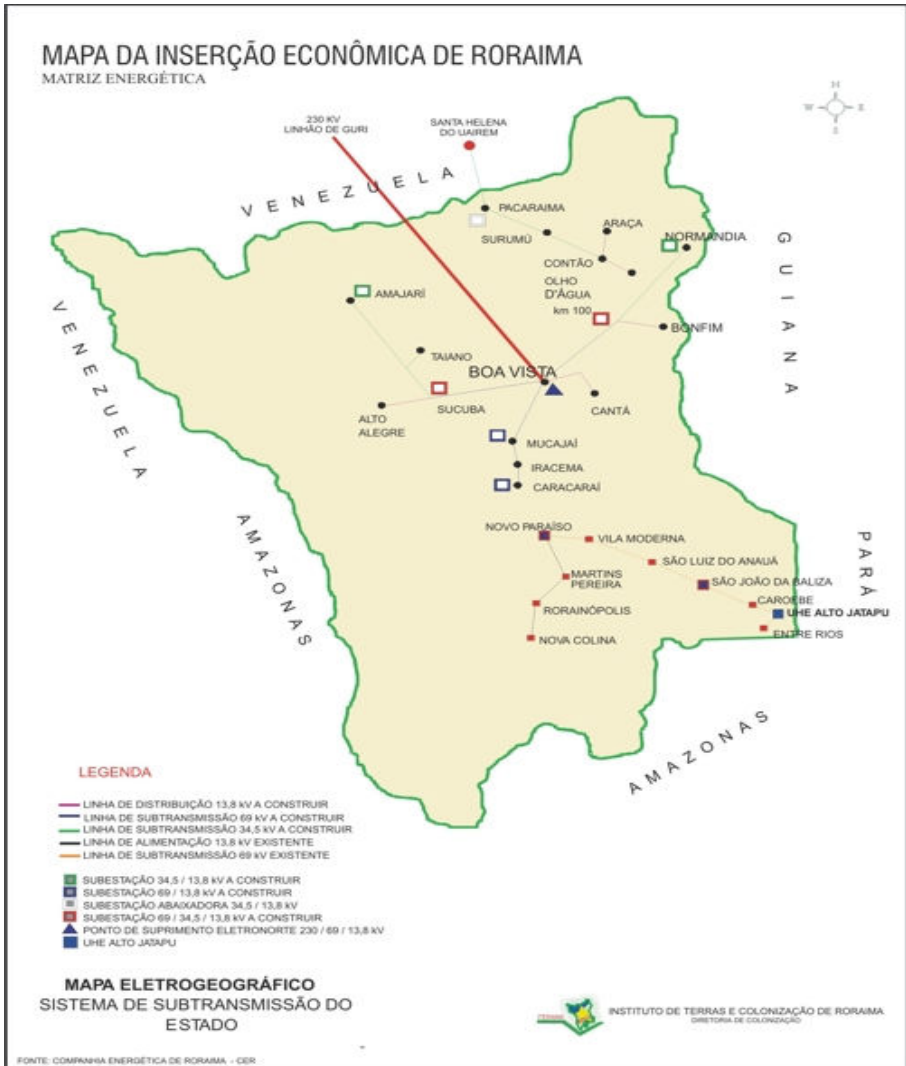
Fonte: Instituto de Terras e Colonização de Roraima.

Figura 3 - Integração Física de Roraima



Fonte: Instituto de Terras e Colonização de Roraima.

Figura 4- Inserção Econômica de Roraima (Matriz Energética)”



Fonte: Instituto de Terras e Colonização de Roraima.

Como é possível perceber através dos mapas, o lugar em questão é marcado por trocas sociais oferecidas pelas condições físicas da região: o percurso entre a cidade de Boa Vista e as cidades mais próximas dos países vizinhos localizam-se em terreno de campo aberto e pouco acidentado, conhecido como lavrado, uma espécie de cerrado amazônico. Graças à infraestrutura adequada, através de duas rodovias pavimentadas, e pelo fato das cidades brasileiras localizadas nas fronteiras com a Guyana e com a Venezuela – Bonfim e Pacaraima, respectivamente – serem municípios relativamente povoados – 10.951 e 10.448 mil habitantes, em ordem (IBGE, 2010) – os sistemas de “fiscalização” fronteiriços (alfândegas e postos da Polícia Federal, por exemplo) possibilitam certo “controle” ou uma “apuração de dados” oficial sobre o fluxo turístico e comercial daquele local. Acreditamos que devido ao cenário de interconexão pública e oficial já bem estabelecido, é possível o fluxo migratório frequente na região:

“Essa tríplice fronteira é marcada pelo cotidiano dos grupos étnicos e nacionais que, desde longos anos, desenham fluxos migratórios diários e transfronteiriços criando e fortalecendo redes sociais que se estendem por intermédio das relações de comércio, de trabalho, de serviços públicos, de lazer, de parentesco, de vizinhança e de religiosidade” (RODRIGUES, 2009, p.224).

A população roraimense é marcada pela multiculturalidade, característica adquirida graças à maciça imigração interna e externa sofrida pela composição populacional do estado. Na área de fronteira, a heterogeneidade é ainda mais notória:

“Lugar de convivência de diferentes legados culturais herdeiros do reino ibérico (Brasil e Venezuela) e do anglo saxão (Guyana) e também daqueles que já aqui habitavam antes da chegada dos colonizadores [...] hoje essa região se encontra inserida no contexto da integração Sul Americana, com projetos, em sua maior parte, de infraestrutura, que torna cada vez mais possível o exercício da integração [...] A interação cultural que essa área fronteiriça possibilita é múltipla [...] Línguas diversas, religiões plurais, tradições diferentes convivem num espaço relativamente pacífico” (CAMARGO, 2011, p. 13).

Note que, mesmo através de uma simples leitura de mapas, podemos perceber que as ligações físicas e os laços culturais roraimenses são mais bem construídos e intensos com os países vizinhos do que com as demais cidades brasileiras, inclusive a capital mais próxima: Manaus.

A partir do entendimento de que a tríplice fronteira entre o Brasil, a Guyana e a Venezuela é um campo fértil para pesquisas em diversas áreas, inclusive as áreas sociais – como as Relações Internacionais – sedimentamos o interesse em iniciar uma pesquisa neste espaço. Dado a conjuntura e os objetivos já mencionados,

percebemos que, dentre as mídias impressas brasileiras, poucos jornais têm propriedade adequada para falar sobre nossa região de estudo, com exceção dos jornais locais. Dentre eles, selecionamos o de maior circulação, a *Folha de Boa Vista*, para constituir nosso corpus de análise, que serão mais bem esclarecidos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

Análise de discurso: noções fundamentais

ANÁLISE DE DISCURSO: NOÇÕES FUNDAMENTAIS

A temática “fronteira” é algo recorrente para os habitantes do estado de Roraima. Ao longo do tempo, inúmeras notícias e casos referentes ao assunto foram destaque na sociedade local. No entanto, nos interessamos, em particular, pelo ano de 2009, no qual três acontecimentos atraíram as atenções para a região: a decisão final julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que confirmou o “reconhecimento da condição indígena da área demarcada, em sua totalidade” (BRASIL, 2009) e em “modelo contínuo de demarcação” (BRASIL, 2009); a construção, o bloqueio – por parte do governo guianense – e a inauguração feita pelos Presidentes do Brasil e da Guyana da Ponte sobre o Rio Tacutu, conectando o Brasil à República Cooperativista da Guyana; e a discussão e consequente aprovação da entrada da Venezuela do MERCOSUL pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2009) e pela Comissão Relações Exteriores do Senado (BRASIL, 2009).

Todos os percursos – e percalços – seguidos ao longo destes acontecimentos construíram sentidos sobre o que pode(m) significar a(s) ‘fronteira(s)’ para os diferentes atores componentes da sociedade. A partir do cenário descrito, a expressão ‘fronteira’ se constitui numa notória recorrência não somente na “boca do povo”,

mas nos meios midiáticos, sobretudo nos jornais diários, inclusive os impressos.

Quais são as ‘fronteiras’?

Como já mencionado nos capítulos anteriores, as discussões acerca do significado do conceito de fronteira são recorrentes nas Relações Internacionais. Na tentativa de enxergar tais discussões nas teorias das RI no âmbito local – tentativa de juntar o global com o local – nos deparamos com alguns questionamentos, dentre eles: qual(is) o(s) sentido(s) de ‘fronteira(s)’ presente(s) nos discursos dos principais atores participantes dos processos de tomada de decisão local? Os significados de ‘fronteira’ são mutantes ou é apenas um? A ‘fronteira’, no caso, é uma linha que separa, uma linha que integra ou possui sentidos imbricados? A partir dessas e de outras indagações, nos interessamos em investigar o modo *como* se constrói discursivamente o conceito de ‘fronteira’.

Para tanto, acreditamos que as duas teorias alicerce do presente livro, o Construtivismo e a Análise de Discurso, creditarão teoricamente a nossa investigação. Na atual etapa de desenvolvimento do livro, que utilizará a teoria da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, baseada principalmente nas ideias de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, se tornará a “lupa” pela qual

enxergaremos a tríplice fronteira entre o Brasil, a Guyana e a Venezuela; teoria esta que sumariamente se distancia da ideia de transparência e objetividade da linguagem pregada pela mídia em geral.

Análise de Discurso nas Relações Internacionais

Antes de iniciar-se a apresentação sobre alguns dos principais conceitos da Análise de Discurso, acredita-se que seja adequado esboçar, ao leitor, um panorama geral sobre como se deu o início dos estudos linguísticos nas Relações Internacionais. Partindo desse anseio, preparou-se, a seguir, um histórico resumido e meramente didático acerca dos trabalhos de AD nas RI, sem a pretensão de esmiuçar o assunto.

Conforme já visto no Capítulo 1, a forma de pensamento e preocupações de pesquisa dos acadêmicos do campo das Relações Internacionais sofreram deslocamentos nas últimas décadas. Durante o chamado “Terceiro Debate” (LAPID, 1989) em torno das epistemologias positivistas ocorrido em meados os anos de 1980, variadas críticas foram direcionadas às teorias tradicionais das RI – teorias realista e liberalista – que falharam em prever e explicar o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria de maneira satisfatória. A partir daí, abriu-se espaço para novas abordagens de

pesquisa para além dos estudos centrados somente no Estado e das perspectivas iluministas. Dentre as teorias que se fortaleceram desde esse período, encontra-se o Construtivismo.

Tais circunstâncias adicionaram multidisciplinaridade à área e, logo, propiciaram a utilização dos estudos linguísticos nas Relações Internacionais, como é o caso da Análise de Discurso de linha francesa empregada neste livro. A abordagem Construtivista *modernista-linguista* nos permite focalizar a relação realidade-língua esperada. O movimento que permitiu considerar esta relação como epicentro de estudos das RI e privilegiar o papel dos discursos nos processos de significação (RESENDE, 2010) denomina-se *Virada Linguística*, que já havia ocorrido em outras áreas, visto que tal movimento buscou romper com as concepções vigentes da linguagem.

Deixados de lado as críticas em relação à organização de um corpo metodológico científico tal qual encontrado nos estudos positivistas – pois não convêm, aqui, explaná-las amplamente -, as teorias linguísticas representam uma oportunidade de analisar e compreender eficientemente algumas questões nos estudos das Relações Internacionais.

A linguística adquiriu importância notória dentre as novas teorias das RI:

“O estudo do discurso interpela diversas correntes das Relações Internacionais como o pós-estruturalismo, o feminismo e o construtivismo social, mas apresenta nuances, conceitos e posicionamentos díspares entre elas e dentro delas. Apesar das diferentes reflexões produzidas por essas correntes acerca do estudo do discurso, elas convergem em um único feixe: o florescimento da linguagem nos estudos nas Relações Internacionais” (ROCHA; CAMARGO, 2011, p.11).

É a partir desse movimento de inclusão de novos temas e abordagens às RI que o estudo do discurso sobre a tríplice fronteira Brasil-Guyana-Venezuela se torna possível.

Trabalhando (n)os limites da interpretação (ORLANDI, 2010), na Análise de Discurso se opera “a problematização dos significados construídos pelas marcas discursivas – que precisam ser evidenciadas – e os efeitos de sentido provocado por estas marcas” (ROCHA; CAMARGO, 2011, p.5). Considerando a polifonia e a multiplicidade de sentidos presente no jogo de sentidos, pretende-se “pôr à mesa”, de acordo com o dispositivo teórico da AD, as marcas e pistas de significações sobre a tríplice fronteira que se escondem sob a falsa ideia de transparência da mídia.

Não se pretende, neste exercício analítico, exaurir a amplitude teórica da Análise do Discurso. No entanto, apresentaremos alguns dos principais conceitos que serão trazidos durante a análise do corpus selecionado, corpus este que será mais bem detalhado no subitem 3.4, localizado ainda neste capítulo.

Análise de Discurso: conceitos fundamentais

Segundo Eni Orlandi (2006), a Análise de Discurso se situa entre a Linguística e as Ciências Sociais, pois se desloca entre um terreno e outro, entre o sócio histórico e o linguístico. A AD articula de maneira particular esses dois campos do conhecimento, pois considera a relação entre o homem, sua história e os processos de construção da linguagem. Ou seja, ainda segundo Orlandi, a AD, como teoria, “pressupõe a Psicanálise, a Linguística e o Marxismo” (ORLANDI, 2006, p.13) de maneira particular, indo além duma mera “mescla” entre esses três campos:

“Com a linguística, ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade; ela não é transparente nem para si mesmo” (idem).

Notemos que a AD trabalha no entremeio entre essas três grandes Ciências e que busca entender a “língua não apenas como estrutura mas sobretudo como **acontecimento**” (ORLANDI, 2010, p.19, grifo nosso). A partir dessa percepção, a Análise de Discurso

inaugura um novo campo do saber possuidor de um objeto próprio de estudo: o discurso.

Discurso como objeto de estudo

Na Análise de Discurso, afirmar que a linguagem compõe-se em mais do que um mero instrumento de comunicação é concordar que ela consiste num recurso que transforma o “‘real’ em vários sentidos [...] um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe **produzindo efeitos**” (PÊCHEUX, 2008, p.43, grifo nosso). Noutras palavras, na AD a linguagem perpassa pelas configurações clássicas da comunicação e se torna um efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX apud ORLANDI, 2006). Ou seja, a linguagem deixa de ser apresentada como simples transmissora de informações, como defendido por diversas teorias da Linguística e pelas Ciências Sociais, e adquire um papel novo e de destaque na Análise de Discurso.

O discurso, então, poderia ser considerado como o resultado de um processo de construção, no qual têm o *sujeito* e a *situação* como parte das suas *condições de produção*, que serão mais bem explicadas no próximo subitem. Para a AD, o *sujeito* não inaugura sentidos, mas identifica-se e filia-se a sentidos pré-existentes ao

dizer. Portanto, o *sujeito*, ao dizer, identifica-se com filiações sócio históricas presentes:

“Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, 2008, p.56).

Dessa maneira, como dito, a linguagem torna-se indissociável de sua exterioridade (histórica, social e ideológica). Afasta-se, então, a compreensão da língua como um meio de comunicação transparente e objetivo: o discurso é opaco e suscetível a diferentes interpretações – conscientes ou não. Reforçando, para a AD:

“a língua não é só veículo ou instrumento informativo-comunicacional; os sentidos das palavras não são transparentes e não estão numa relação termo a termo; o falante não é fonte do seu dizer e não tem consciência de tudo que diz. Propõe-se a língua relacionada à exterioridade, considerando-a em correlação com os homens que a utilizam em situações específicas, em dada sociedade e época” (LEAL, 2006, p. 18).

A referência feita acima por Leal (2006), de que os falantes não são fontes do seu dizer e que não têm consciência de tudo o que dizem, fazem parte do que a AD considera como o desenvolvimento dos processos da produção do discurso, ou melhor, das *condições de produção*.

Condições de Produção: sujeito e situação

Ao possibilitar o estabelecimento de uma conexão entre o discurso e sua exterioridade, estabelece-se também atenção ao processo de construção discursiva e, desse modo, reflete-se a posição do *sujeito* e da *situação*.

Para a Análise de Discurso, a partir do discurso – do dizer – o *sujeito* se assujeita e se constitui, mas ele tem a ilusão de que é dono do seu próprio dizer, que Eni Orlandi afirma ser uma ilusão necessária. Para ela, o “sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso”, (ORLANDI, 2006, p.15). Ou seja, “não é o sujeito empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva” (idem.). Por exemplo, na fala do Governador de Roraima o sobre o lugar-fronteira em questão, o que funciona no discurso é o lugar social-histórico-ideológico do qual se fala: no caso, se fala da posição-sujeito de Governador do estado de Roraima, que não é a mesma posição de um funcionário da

Receita Federal que trabalha numa aduana na fronteira entre o Brasil e a Guyana ou de um estudante universitário que estuda em Boa Vista. Dito de outra forma, mesmo que os sujeitos do exemplo acima profiram um mesmo discurso sobre a tríplice fronteira, uma mesma fala, as mensagens poderão ter “efeito de sentidos diferentes entre os locutores” (ORLANDI, 2006), pois os personagens aí falam de *posições sujeito* no discurso diferentes.

Tal posição-sujeito, *ou posições discursivas* ocupadas pelo sujeito – que indicam quais são os sentidos a serem encontrados – ocorre no jogo das *formações imaginárias* que estão presentes em todos os discursos. O sujeito está “atravessado pelas imagens que constrói de si próprio, do objeto discursivo, de seus interlocutores, da imagem que antecipa ter o seu interlocutor de si mesmo para enunciar” (PECHÊUX apud ROMÃO, L.; PACÍFICO, S.; VIEIRA, I, 2008, p. 52). É pelas *formações imaginárias* que se dá a *posição-sujeito* no discurso e seria, basicamente, o que a sociedade espera que se diga do lugar do Governador, do Prefeito ou de um comerciante, por exemplo. Esse complexo jogo de imagens proposto por Pêcheux (2008) é o que faz algo significar e que dá sentido às palavras.

Quando passamos a pensar que o sentido se encontra sempre indissociável da exterioridade da fala, do lugar de onde o *sujeito* fala e da *situação* – passamos a levar em consideração o

discurso e suas *condições de produção*, conforme encontrado em Mariani:

“Uma vez que o lugar de onde se fala é constitutivo do dizer e que ninguém diz qualquer coisa de qualquer lugar, analisar este mecanismo discursivo é analisar o funcionamento do discurso em relação às suas condições de produção” (MARIANI, 1996, p.20).

Em relação à exterioridade do discurso – às suas condições de produção – pode-se incluir, fundamentalmente, os conceitos de *sujeito* e o conceito de *situação*, segundo Orlandi (2010). Para a autora, a *situação* pode ser pensada em dois sentidos: o estrito e o lato. O primeiro quer dizer o momento que está acontecendo, o aqui, o agora, uma situação presente determinada. O segundo sentido da *situação*, o lato, chama atenção para um contexto sócio histórico mais abrangente, menos imediatista, que considera também a ideologia e, ainda, os conceitos da *memória discursiva* e o *interdiscurso*, que serão explicados mais tarde. Esses dois sentidos da *situação*, o estrito e o lato, funcionam em conjunto, indissociáveis, um complementa o outro, um faz parte do outro e ajudam a constituir o *sujeito* (ORLANDI, 2006).

Daí, descobrindo que podemos modificar a posição do sujeito de acordo com a situação, é possível propor uma revisão do

paradigma das teorias comunicacionais, no qual o discurso (jornalístico, por exemplo) é imparcial, apresentado como uma verdade transparente. Diante do material analisado na presente pesquisa – notícias publicadas na *Folha de Boa Vista* – rever o paradigma da imparcialidade e objetividade jornalística é essencial. Considerando os pressupostos da Análise de Discurso já relacionados, é inválida a pretensão da mídia de mostrar o fato exatamente como ocorrido ou como uma “verdade” sem considerar o jogo das *formações imaginárias* e as *condições de produção*. Dessa perspectiva teórica, a impressão de que a mídia está revestida de alguma “capa imunizadora” que a mantém longe da exterioridade histórica, social e ideológica do discurso perante a sociedade inexistente. A *Folha de Boa Vista* não é, mesmo que tentasse (ou tente), mais ou menos imparcial ou transparente. O *discurso jornalístico sobre* as ‘fronteiras’ pode instituir sentidos às fronteiras, como será visto mais tarde.

Esquecimentos

Apresentada e entendida a noção de *sujeito* para a Análise de Discurso, na qual ele é rejeitado como sujeito empírico, torna-se necessário abordar alguns outros conceitos que dizem respeito diretamente à constituição do *sujeito*. Para a AD, os *esquecimentos*

são de ordem estruturante e fazem parte do que dá sentido ao discurso. Para ser *sujeito*, é preciso que o *sujeito* se assujeite: para se constituir, o *sujeito* tem a ilusão de que ele é a origem de si mesmo, acreditando que tem domínio completo de tudo o que diz, bem como na naturalidade de seu discurso.

A partir desse cenário, o *sujeito* se submete a dois tipos de esquecimento: o *esquecimento número um* e o *esquecimento número dois* (PÊCHEUX, 1975, apud ORLANDI, 2010). O *esquecimento número dois*, da ordem da enunciação e semiconscente, é aquele que faz parecer a enunciação natural e, desse modo, o *sujeito* acredita que aquilo que ele diz só pode ser dito daquela forma e não de outra, ignorando as *condições de produção* que o torna *sujeito*. Ou seja, “ao falarmos, o fazemos e uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2010, p.34). Já no *esquecimento número um*, da ordem do ideológico e inconsciente, segundo Pêcheux, “temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (idem). Ou seja, os sentidos são determinados de acordo como estão inscritos ideologicamente na história e não de acordo com nossa vontade, pois “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo [...] não somos o início dela [...] essa é uma

determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos” (idem, p.35).

Formação Discursiva, Interdiscurso/Memória Discursiva

Considerando as ideias acima, a AD teoriza ainda que uma palavra e o seu sentido não existe em si mesmo, mas se significa a partir das “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam” (ibid., p.42). As mesmas palavras, expressões etc., ditas por *sujeitos* inscritos em posições diferentes no complexo jogo ideológico, têm seus sentidos mudados. O sentido da palavra ‘fronteira’ estudada neste trabalho, por exemplo, é mudado conforme a *formação discursiva* a qual a palavra está vinculada. Este conceito, de *formação discursiva*, é fundamental à AD, pois consiste naquilo que:

“numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. Portanto, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (ORLANDI, 2006, p.17).

Portanto, os sentidos sempre funcionam a partir de seu sentido ideológico em relação a outras ideologias. O significado não está localizado na palavra, mas se constitui pelo resultante dos processos da formação dos discursos. Tudo aquilo que dizemos funciona em relação a algo que já fora dito. Os sentidos atribuídos à ‘fronteira’ na região Brasil-Guyana-Venezuela adquirem-se a partir da *formação discursiva*: o sentido da palavra ‘fronteira’ pode mudar conforme a *formação discursiva* em que a palavra se insere em relação a outras *formações discursivas*.

Sabido que sempre existe mais de uma *formação discursiva*, então, percebe-se que este conjunto de formações discursivas constrói, por sua vez, forma um conjunto maior que é denominado *interdiscurso*. O *interdiscurso* é, basicamente, o que possibilita todo o dizer. Constitui-se de tudo que já fora dito. Aquilo que faz uma *formação discursiva* se significar em relação a outra(s). Para que a palavra ‘fronteira’ tenha algum sentido, é preciso que ela já faça sentido e o *interdiscurso* faz com que “ao dizer já haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer” (ORLANDI, 2006, p.18).

Conformação do corpus

Expostas algumas das noções fundamentais sobre o dispositivo teórico da Análise de Discurso, compete-se, nesse

momento, pensar de que maneira se deve proceder para nos deslocarmos da função de leitor para a de analista do discurso. Para realizar tal deslocamento, é preciso construir o que se chama de *dispositivo de análise*. A característica básica desse dispositivo é a de possibilitar ao analista alcançar os objetivos do trabalho a partir de um *corpus* específico selecionado por ele (o analista), buscando relacionar o dito e o não dito, o que está ali no discurso em relação à sua exterioridade: expor o processo de produção de sentidos no discurso a partir do dispositivo analítico escolhido, pois, segundo Pêcheux, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53):

“Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (idem).”

Por isso, a fim de alcançar os objetivos propostos para a análise, nosso corpus – retomando o que já fora explanado sobre isso anteriormente - constitui-se da seleção de todas as notícias publicadas no *Caderno A* pela versão impressa do jornal *Folha de Boa Vista* desde 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2009,

tomado como eixo comum as notícias cuja temática principal fosse ‘fronteira’ e/ou ‘Guyana’ e/ou ‘Venezuela’. Do total de notícias, formou-se um conjunto de 60 (sessenta) matérias relacionadas à nossa temática. Escolheu-se esse ano, como já fora explicado anteriormente, pois nele ocorreu três grandes acontecimentos em relação à ‘fronteira’ que motivaram os meios midiáticos devotarem atenção especial à região. São eles: a aprovação pelo Senado Federal da entrada da Venezuela ao MERCOSUL; a construção da Ponte sobre o Rio Tacutu, o bloqueio da passagem sobre ela feito pelo governo guyanense e sua posterior inauguração realizada pelo Presidente do Brasil e da Guyana e a decisão final tomada pelo STF de demarcar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.

Segundo Orlandi (2010), através do movimento de relacionar o que é dito com o não dito por meio do dispositivo de análise, o analista trabalha para desfazer o *esquecimento número um* ao deixar claros os processos de produção dos significados.

Assim, o texto não representa um discurso dado. O texto é uma parte dos conjuntos dispersos que formam um discurso. O texto é uma unidade de referência para, ao longo da análise, o cientista buscar os processos significativos presentes. Ou seja, o texto é um “exemplar do discurso”. Logo, “não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentidos) nem de chegada” (ORLANDI, 2010, p.72). Não se trabalha, na AD, a “exaustividade

em relação ao empírico [...] Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2010, p. 62), mas trabalha-se os “‘fatos’ da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico discursiva” (idem.).

Podemos então, a partir das considerações até o momento feitas sobre o *dispositivo analítico*, formar a ideia de que as matérias selecionadas no *Caderno A* da *Folha de Boa Vista* não serão utilizados na íntegra, porém selecionaremos alguns recortes para a análise. Os recortes que compõem o corpus aparecerão na análise sempre considerando a relação entre diferentes discursos.

CAPÍTULO 4

A construção da(s) 'fronteira(s)' na região
Brasil-Guyana-Venezuela

A CONSTRUÇÃO DA(S) ‘FRONTEIRA(S)’ NA REGIÃO BRASIL-GUYANA-VENEZUELA

Antes de iniciar a análise do corpus, acredita-se que se deve retomar algumas considerações sobre o discurso midiático para a Análise de Discurso. Para falar do discurso jornalístico, nos apoiaremos no conceito de *discurso sobre* como explicado em Mariani (1998). Segundo a autora, “o discurso jornalístico é uma modalidade de *discurso sobre* [...] um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala” (MARIANI, 1998, p.60). Partindo desse princípio, o jornalista, então, se distancia do objeto falado e “projeta a imagem de um observador imparcial” (idem.), dando a impressão de que o jornalista fala de um lugar distante, literal, a partir de onde é possível não se envolver com os fatos. No entanto, o jornalista também se filia a sentidos sociais, históricos e ideológicos já existentes. Ainda em relação ao *discurso sobre*, Mariani afirma:

“Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que ao *falar sobre* transita na co-relação entre o

narrar /descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.” (MARIANI, 1998, p.60).

A partir dessa concepção, o *discurso sobre* pode atribuir sentidos para a tríplice fronteira em questão, sobretudo quando se trata da “grande mídia” local (*Folha de Boa Vista*) que, dentre os meios propagadores de informação de seu tipo, é o que atinge maior número de leitores e contribui na constituição do imaginário social local. No sentido de que a *Folha de Boa Vista* se constitui como o jornal que tem “mais propriedade” e maior amplitude para *falar sobre* a tríplice fronteira da região- dentre os demais jornais do país – desempenhando um papel importante na produção/circulação de consensos de sentidos³. Desse modo, os fragmentos sobre um objeto – sobre ‘fronteira’, ‘Guyana’ e ‘Venezuela’ – vão ganhando sentidos. Esses sentidos podem ser observados através da análise dos processos de significação presentes no corpus selecionado.

Conforme explicado no Capítulo 2 do presente livro, Roraima faz fronteira com dois países: a Guyana e a Venezuela. Voltemos, então, às indagações feitas no início do capítulo anterior:

³ Não se pretende aqui entender o *quanto* o ator ‘mídia’ influencia no processo da construção dos sentidos: nem a teoria da Análise de Discurso nem a teoria Construtivista das Relações Internacionais se restringem ou se atentam profundamente a esse pensamento. Parte-se, fundamentalmente, do princípio construtivista constitutivista de que é somente por meio da linguagem que os significados para a realidade podem se constituir.

qual(is) o(s) sentido(s) de ‘fronteira(s)’ presente(s) nos discursos dos principais atores participantes dos processos de tomada de decisão local? Os significados de ‘fronteira’ são mutantes ou é apenas um? A ‘fronteira’, no caso, é uma linha que separa, uma linha que integra ou possui sentidos imbricados? Tais questionamentos nos induziram à pesquisa e são as principais questões orientadoras deste trabalho. Tomou-se como eixo estruturante da pesquisa os termos que se remetem à fronteira: ‘fronteira(s)’, ‘Guyana’ e ‘Venezuela’.

Como dito acima, os fragmentos sobre ‘fronteira’, ‘Guyana’ e ‘Venezuela’ vão ganhando sentidos e podem ser observados pelos fragmentos espalhados nas notícias publicadas. Em relação aos sentidos decorridos do corpus, trazemos os sentidos que vão sendo constituídos pelos discursos jornalísticos. Após a leitura das reportagens recortadas, julgou-se possível e adequado separá-las em dois blocos temáticos, formados por notícias que dizem respeito a assuntos semelhantes entre si. Os dois blocos temáticos montados para melhor analisar o corpus são: *segurança e defesa* e *comércio e turismo*. Os blocos são, fundamentalmente, marcados pelo intercambiamento de sentido do lugar-fronteira.

Nos dois subitens a seguir, serão vistos os conjuntos de referências construídos para a(s) fronteira(s). Primeiramente, será analisado o conjunto sobre *segurança e defesa* e sobre o sentido que

os fragmentos constroem sobre fronteira. Em seguida, o bloco *comércio e turismo* será analisado semelhantemente.

Segurança e Defesa

Primeiramente, cabe ressaltar que se considera como assuntos de ‘segurança’ e de defesa uma complexidade de temas. Os estudos de segurança em Relações Internacionais podem ser entendidos a partir de uma série de questões. Podem se referir a assuntos relacionados à saúde, à qualidade e distribuição de alimentos, à segurança energética, segurança humana, segurança cibernética, dentre outros (WILLIAMS, 2008). Dentre as temáticas das matérias sobre *segurança e defesa*, destacam-se três subtemas: **defesa do território**, a **segurança energética** e o que aqui será chamado de **segurança fazendária**. Neste momento, serão consideradas somente as notícias que se relacionam a esse conjunto – que vão formando sentidos semelhantes para a fronteira- a fim de selecionar os recortes para a análise. Vale lembrar que, nem sempre, esses três conjuntos dentro do bloco de *segurança e defesa* encontram-se separados. Muitas das vezes, a **defesa do território**, a **segurança energética** e a **segurança fazendária** estão imbricadas nas reportagens. Porém, essas mesclas não desviam os sentidos que o lugar-fronteira vai recebendo no bloco.

Defesa do território e segurança fazendária

Em se tratando de **defesa do território** e de **segurança fazendária**, os processos discursivos se misturam. Observe os trechos a seguir:

(1) “A revista nos carros e na bagagem dos brasileiros no posto de fiscalização da Secretaria Estadual da Fazenda, em Pacaraima, por policiais federais, se intensificou no feriado prolongado” (FBV, 03 nov. 2009).

(2) “[...] Inspeções são necessárias, pois aquela área é ponto estratégico em matéria de segurança do País, devido ao fato de ser uma zona fronteiriça [...] temos que lembrar que é uma zona de alto risco, por ser área fronteiriça, e nesse sentido, as autoridades precisam estabelecer controle. O turista tem que entender que são procedimentos que devem ser cumpridos [...]” (FBV, 03 nov. 2009).

(3) “[...] Desde o último fim de semana, a Receita Federal apertou o cerco aos contribuintes que entram no Brasil com produtos importados, oriundos da Venezuela [...]” (FBV).

(4) “[...] A Polícia Federal (PF) declarou tolerância zero aos crimes que vinham ocorrendo em Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela” [...] (FBV, 21 jan. 2009).

(5) “[...] A Polícia Federal está atenta a qualquer passo dado em Pacaraima. Os policiais atuam em fiscalizações fixas montando barreiras em frente da delegacia e do prédio da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz) e móveis, com atuações em patrulha. ‘Temos feito uma operação abafa, ‘estrangulando’ as irregularidades na entrada do país e logo depois da fronteira.’ (FBV, 21 jan. 2009).

(6) “[...] O secretário enfatizou que está implantando um sistema de controle nas fronteiras com a Guiana e a Venezuela e na divisa do Estado com o Amazonas. ‘Estamos determinando o controle na fronteira e pedimos às polícias Federal e Rodoviária Federal para que façam o controle rigoroso dos veículos que entram e saem de Roraima [...]’ (FBV, 23 dez. 2009).

(7) “Há tempos que os chamados ‘caroteiros’ – aqueles que carregam gasolinas em carotes, obtida de forma irregular na Venezuela – utilizam uma rota alternativa para trazer o combustível até Boa Vista e assim burlar a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na BR-174, rodovia que liga o Estado ao país vizinho, ao norte [...] Os caroteiros também, em alguns casos, entram na cidade pelo Contorno Oeste (Anel Viário) sem serem incomodados com fiscalização [...] a responsabilidade de fiscalização para o crime de descaminho é da Polícia Rodoviária Federal, uma vez que o combustível é proveniente de outro país e entram em Roraima por uma rodovia federal, a BR-174.”

(8) “[...] Eles afirmam [moradores de Bonfim] que, além de esperar aproximadamente uma hora pela balsa para atravessar pelo rio Tacutu, ainda ficam em filas aguardando a fiscalização. A Polícia Federal afirma que o controle é necessário para evitar problemas. [...]” (FBV).

(9) “[...] Foram retidos 12 volumes que estavam sendo movimentados dentro dos Correios. A maioria das apreensões está relacionada à entrada de produtos [ilegais] no Brasil oriundos da Guiana e que estavam sendo despachados para outros estados com fins comerciais [...]” (FBV).

(10) “[...] o MPF, baseado em manifestações da Receita Federal e da Polícia Federal – que alegaram falta de estrutura física e de pessoal para atuar no controle e fiscalização de pessoas e produtos – recomendou na quarta-feira, ao Governo Federal, que suspenda a liberação precária da ponte [...] Tal recomendação também foi encaminhada a PF para que a segurança do território nacional bem como a prevenção e repressão a diversos crimes comuns a regiões de fronteiras seja efetiva, e a Receita para que assegure o controle dos produtos que entram no Brasil [...]” (FBV, 06 fev. 2009).

(11) “[...] Nagib [assessor da Casa Civil em Roraima] comentou que a Guiana informou que existem dificuldades operacionais, entre elas a falta de pessoal, para organização da fronteira e que isso estaria retardando a liberação do tráfego sobre a ponte.” (FBV, 16 julho 2009).

(12) “[...] Ainda no decorrer da matéria, Rodrigues-Birkett disse que em Lethem ainda não há local para que os órgãos fiscalizadores e aduaneiros, exigência de fronteira, se instalem definitivamente [...]” (FBV).

(13) “O novo sistema de controle de abastecimento do Posto Internacional de Combustível, localizado na fronteira do Brasil com a Venezuela, tem pegado os brasileiros de surpresa. A medida imposta pelas autoridades venezuelanas visa

combater o descaminho de combustível, que ao longo dos anos tem prejudicado os dois países [...] O titular da Delegacia da PF em Pacaraima, Fabiano Martins, vê a medida com bons olhos, apesar de ter aumentado a demanda de trabalho naquela unidade. ‘Se é pra ajudar, não vejo nenhum problema em trabalharmos mais. Também passamos a ter maior controle de todas as pessoas que vão a Pacaraima [...]’ (FBV, 18 março 2009).

(14) “O Ministério da Agricultura investe maciçamente nas campanhas pela erradicação da febre aftosa. Isto porque, numa situação de surto, as perdas econômicas podem ser desastrosas. Em Roraima, o último caso da doença foi registrado em 2001, mas casos registrados ano passado na Venezuela causam temor que a doença se alastre para Roraima [...]” (FBV, 22 outubro 2009).

Todos os 14 (catorze) trechos recortados e organizados acima foram retirados do bloco *segurança e defesa* e se referem à **segurança fazendária** e à **defesa do território**. Todos os trechos relatam ações fiscalizatórias realizadas pela Polícia Federal (PF), pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Receita Federal (RF) na fronteira do Brasil com a Guyana e na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Fragmentadas ao longo do corpus, algumas recorrências vão construindo sentidos à fronteira nesse “conjunto de seguranças”. Em ordem de recorrência, primeiramente, serão observadas palavras de maior frequência nos textos: ‘controle’ e ‘fiscalização’. Em seguida,

analisaremos palavras e termos que se referem a ‘controle’ e a ‘fiscalização’, que não se apresentam sob a forma das palavras ‘controle’ e ‘fiscalização’, mas que podem significar como se fossem e estão presentes no corpus.

A partir dessa ordenação, observa-se que a passagem (2) – “inspeções são necessárias, pois aquela área é ponto estratégico em matéria de segurança do País, devido ao fato de ser uma zona fronteiriça” – nos aponta que, na área de fronteira, existe uma fiscalização rotineira e, mais que isso, há uma justificativa para tal ação e para sua frequência. A construção semântica da frase (causa-consequência) nos remete à sensação de justificação e legitimação do controle das autoridades aduaneiras sobre a localidade. Para clarificar o entendimento, sabendo que o texto poderia ser escrito de várias maneiras, inverteremos e levemente alteraremos as orações da frase: *Devido ao fato de ser uma zona fronteiriça, aquela área é ponto estratégico em matéria de segurança do país (causa) e inspeções são necessárias (consequência)*. Então, a fiscalização não acontece por acontecer, ela tem motivos de existir. Portanto, *aquela área*, a fronteira, não é uma área qualquer: é uma fronteira e, logo, “ponto estratégico em matéria de segurança do país”. Por esse motivo “inspeções são necessárias”. Ainda na passagem (2), qualifica-se a fronteira como uma “zona de alto risco”, na qual as “autoridades precisam estabelecer controle”. Novamente, não é qualquer zona: é

uma “zona de alto risco”. O advérbio ‘alto’ também intensifica a sensação de ‘risco’, ou seja, é mais do que uma zona de risco, é uma “zona de **alto** risco”. É a partir dessa concepção que os sentidos para fronteira vão se constituindo no bloco de *segurança e defesa*.

No recorte (6) – “[...] O secretário enfatizou que está implantando um sistema de controle nas fronteiras com a Guiana e a Venezuela e na divisa do Estado com o Amazonas. ‘Estamos determinando o controle na fronteira e pedimos às polícias Federal e Rodoviária Federal para que façam o controle rigoroso dos veículos que entram e saem de Roraima’” – notemos que, somente nesta frase, a palavra ‘controle’ é dita, repetida e enfatizada em três momentos (sublinhados). Se há um controle, ainda mais um “controle rigoroso”, é porque há algo ou alguém a ser controlado. A mesma constatação é notada em (7) – “Eles afirmam [moradores de Bonfim] que, além de esperar aproximadamente uma hora pela balsa para atravessar pelo rio Tacutu, ainda ficam em filas aguardando a fiscalização. A Política Federal afirma que o controle é necessário para evitar problemas”. Ou seja, o controle é necessário por um motivo: para evitar problemas. Problemas diversos, visto que ‘fronteira’ é uma “zona de alto risco”. Problemas fazendários (contrabando de produtos e impostos de importação), problemas de descaminho de combustível, tráfico de ilícitos, roubos... “Crimes comuns de fronteira” (9).

O sentido para os substantivos ‘controle’ e ‘fiscalização’ encontrados no corpus não fogem de sua significação tal qual encontrada no dicionário Aurélio, que define ‘controle’ inclusive como sinônimo de ‘fiscalização’. Nas palavras do dicionário, ‘controle’ é o “ato ou efeito de controlar, domínio, governo [...] fiscalização exercida sobre atividades de pessoas, órgãos, departamentos, ou sobre produtos, etc., para que tais atividades, ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas” (FERREIRA, 2000, p. 183). Dessa maneira, o processo de significação da fronteira aí é bem claro: o Governo, especialmente o Federal, (Polícia Federal, Receita Federal) controla e fiscaliza “pessoas e produtos” (9) na fronteira para que as normas preestabelecidas não sejam desviadas.

Outros recortes – (3), (4) e (5) – constituem o sentido para ‘fronteira’ no mesmo sentido. Neles, são utilizados efeitos metafóricos, que podem ser considerados como um mesmo sentido dito por palavras que falam através de outras. Observe as metáforas funcionando em (3) – “a Receita Federal apertou o cerco aos contribuintes que entram no Brasil com produtos importados, oriundos da Venezuela”, em (D) – “A Polícia Federal (PF) declarou tolerância zero aos crimes que vinham ocorrendo em Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela” e em (5) – “[...] A Polícia Federal está atenta a qualquer passo dado em Pacaraima. Os policiais atuam em fiscalizações fixas montando barreiras ‘estrangulando’ as

irregularidades na entrada do país e logo depois da fronteira”. “Apertar o cerco”, “tolerância zero” e “estrangulando” funcionam no sentido de dizer que o ‘controle’ e a ‘fiscalização’ serão apertadas e, desse modo, problemas não serão tolerados, mas ‘estrangulados’.

No recorte (3), observa-se que a Receita Federal aperta o cerco aos **contribuintes** que **entram** no Brasil com produtos vindos da Venezuela. O sujeito da frase (Receita Federal) restringiu, limitou (‘apertou o certo’) a entrada (volta) dos turistas **brasileiros** (pois só quem contribui, nesse caso, à Receita Federal são cidadãos brasileiros) no Brasil que trazem produtos importados da Venezuela. Os contribuintes estão **sujeitos** à fiscalização e, como aquela é uma “zona perigosa” (2), os turistas “têm que entender” (2) os motivos para as filas na alfândega.

Em (4), assim como em (3), fiscaliza-se e controla-se, pelas autoridades competentes, os crimes “comuns de fronteira” (I). Em (4), a Polícia Federal declara “tolerância zero” aos “crimes que vinham ocorrendo na **fronteira**”. No termo “tolerância zero”, o “zero” atribui um sentido de inexistência à “tolerância”. Ou seja, a Polícia Federal declarou intolerância aos crimes na fronteira, assim como fez em (5), onde “estrangulou” as “irregularidades” que vinham ocorrendo na **fronteira**.

Em relação à ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira do Brasil com a Guyana, os trechos (9), (10) e (11) também se encaixam

ao bloco de *segurança e defesa*, mais especificamente nas subdivisões **segurança fazendária** e **defesa do território**. No recorte (11) – “a Guiana informou que existem dificuldades operacionais [por parte da Guyana], entre elas a falta de pessoal, para organização da fronteira e que isso estaria retardando a liberação do tráfego sobre a ponte” –; no recorte (9) – “o MPF, baseado em manifestações da Receita Federal e da Polícia Federal – que alegaram falta de estrutura física e de pessoal para atuar no controle e fiscalização de pessoas e produtos – recomendou na quarta-feira, ao Governo Federal, que suspenda a liberação precária da ponte [...] Tal recomendação também foi encaminhada a PF para que a segurança do território nacional bem como a prevenção e repressão a diversos crimes comuns a regiões de fronteiras seja efetiva, e a Receita para que assegure o controle dos produtos que entram no Brasil” –; e no recorte (10) – “[...] Ainda no decorrer da matéria, Rodrigues-Birkett disse que em Lethem ainda não há local para que os órgãos fiscalizadores e aduaneiros, exigência de fronteira, se instalem definitivamente [...]” – podemos encontrar os mesmos processos de significação para a fronteira quando o assunto é *segurança e defesa*: fiscalização é “exigência de fronteira” (10).

O recorte (11) nos traz uma informação já sabida, no entanto, por outro viés. O trecho nos informa que o país guyanense alegou que existem “dificuldades operacionais”, dentre elas a “falta

de pessoal” para a “organização da fronteira” e que isso estaria “retardando a liberação do tráfego sobre a ponte”. No período da reportagem, o tráfego sobre a ponte do Rio Tacutu teria sido interrompido pelo governo da Guyana. Os motivos eram as dificuldades operacionais, como a falta de pessoal, para **organizar a fronteira**. Ao dizer que há “dificuldades operacionais”, pode-se dizer que a “liberação do tráfego sobre a ponte” não está apta a ocorrer, a funcionar. Percebe-se que as “dificuldades operacionais” seriam solucionadas a fim de “organizar a fronteira”. Contudo, ao dizer que é preciso “organizar a fronteira” diz-se que a fronteira está desorganizada. Portanto, o que é dito aí faz funcionar os sentidos do não dito. Logo, a fronteira, sem o “pessoal” necessário para realizar a “organização” da fronteira, ela encontra-se desorganizada e o tráfego impossibilitado.

Ainda sobre o recorte (11) e a necessidade de “organização da fronteira”, questiona-se, sem a pretensão de responder à pergunta, mas de induzir o leitor à reflexão: por que só agora, com a inauguração da ponte, o tráfego fora interditado devido à necessidade de organização da fronteira? A organização era desnecessária antes da ponte? Em lugares onde não há uma passagem instituída pelos governos implicam desorganização na fronteira? Antes da ponte, o tráfego de pessoas entre os dois países se dava por meio de uma balsa, carregando pessoas e produtos, sem o “pessoal” necessário

para “organização da fronteira”. Ou seja, antes da ponte, a fronteira era desorganizada; agora, depois da construção e inauguração da ponte, a fronteira é organizada ou, quem sabe, oficial.

O recorte (9), por sua vez, assemelha-se ao recorte (11). Em (9), também se observa motivos para o bloqueio do tráfego sobre a ponte do Rio Tacutu, mas solicitado pelo Governo brasileiro. Diz-se que o “MPF, baseado em manifestações da Receita Federal e da Polícia Federal – que alegaram falta de estrutura física e de pessoal para atuar no controle e fiscalização de pessoas e produtos – recomendou na quarta-feira, ao Governo Federal, que suspenda a liberação precária da ponte [...] Tal recomendação também foi encaminhada a PF para que a segurança do território nacional bem como a prevenção e repressão a diversos crimes comuns a regiões de fronteiras seja efetiva, e a Receita para que assegure o controle dos produtos que entram no Brasil”. O Ministério Público Federal (MPF), importante órgão representante do Governo Federal brasileiro, recomendou a suspensão da “liberação precária da ponte”, para que se controle, fiscalize, previna, repreenda “crimes comuns” na fronteira. Novamente, o problema é a falta de estrutura para o controle e a fiscalização de “crimes comuns a regiões de fronteira”, ou seja, crimes tipicamente relativos à região como aquela.

Portanto, nota-se uma semelhança entre as causas e motivos para o bloqueio da ponte por parte do Brasil e da Guayana: falta de

estrutura para “organização da fronteira” e para controle de “crimes típicos” de regiões fronteiriças. Voltaremos a essa questão mais tarde, pois acredita-se que uma observação sobre o recorte (9) deve ser materializada.

No fim do recorte (9), afirma-se que todo esse aparato fiscalizatório se faz necessário para controlar os “produtos que **entram** no Brasil” e não os produtos que **saem** do Brasil. Essa observação pode ser notada também no recorte (13)- “Em Roraima, o último caso da doença foi registrado em 2001, mas casos registrados ano passado na Venezuela causam temor que a doença se **alastre para** Roraima” – que não trata sobre controle alfandegário na ligação oficial (rodoviário) entre o Brasil e a Venezuela, mas sobre a vacinação do rebanho bovino contra a Febre Aftosa. Nesse recorte também se nota a recorrência sobre algum problema que venha do externo para o interno. Perceba que há um “temor” de que a doença se “alastre para Roraima”, que se propague, que se estenda para o estado.

Essa recorrência também se encontra presente nos trechos (3), (4) e (5) que falam *sobre* a fronteira no mesmo sentido. Em nenhum dos recortes refere-se a “controle” ou “fiscalização” para quem **sai** ou para os produtos que **saem** do Brasil rumo à Venezuela, apenas aperta-se o cerco, intolera-se, estrangula-se os “problemas” que **entram** no Brasil **vindo** da Venezuela. Contudo, mesmo que os

problemas não sejam criados ou causados necessariamente pelo país venezuelano e pelo país guyanense e pelos seus cidadãos, os problemas vêm de lá e acontecem naquela região.

Assim, mesmo que não se caracterize os cidadãos guyanenses ou os cidadãos venezuelanos como os agentes causadores de problemas “comuns a regiões de fronteira”, os problemas vêm lá de fora, da Guyana e da Venezuela, ocorrem na fronteira. Daí, sentidos àquela região vão sendo constituídos.

Na fronteira, “inspeções são necessárias”, “as autoridades precisam estabelecer controle”, o “cerco” tem de ser apertado, “tolerância zero” deve ser decretada, o “controle” deve ser “rigoroso”, “necessário” e “organizado”, pois se trata de uma “zona de alto risco” e uma “zona estratégica para a segurança do país” e, portanto, o “turista tem que entender” os motivos para tamanho “controle”. A fronteira vai se constituindo por meio de denominações negativas, que remetem a preocupação, a controle de problemas, fiscalização de crimes, de atenção àquela zona de alto risco, ponto de entrada de problemas.

Por fim, observa-se que duas matérias distintas, publicadas no dia 21 de janeiro, intituladas como “PF declara tolerância zero na fronteira” e “Transmuamberia continua sendo usada” se referem a ações repreensivas da Polícia Federal na fronteira do Brasil com a Venezuela, na cidade de Pacaraima.

A esse órgão, a PF, recorrentemente é imputado as ações de “repressão”, “controle” e “fiscalização da fronteira”. Ao longo das reportagens, em nenhum momento o jornal menciona o nome ‘Venezuela’ no texto, mesmo que em todas se fale de “rota de contrabandistas”, “estrangulamento de crimes” e “tolerância zero” na fronteira entre os “**dois países**”.

No entanto, mesmo não mencionando a palavra ‘Venezuela’, as matérias são textualizadas de modo a entender previamente do que se fala. “‘Como se’ houvesse um acordo prévio com relação aos sentidos produzidos” (MARIANI, p.64). O discurso que já vem sendo construído sobre a fronteira entre o Brasil e a Venezuela talvez implique num sentido histórico que já é atribuído àquele lugar: o de “rota de contrabandistas” e lugar de “crimes frequentes”. Por meio da indeterminação de um Estado-Nação, se pode perceber que não é necessário dizer sobre qual país está se falando, “como se” o leitor soubesse de qual país está se falando.

Cabe destacar uma única notícia que destoa das demais matérias do bloco de *segurança e defesa*. “Exército do Brasil e da Guiana: Militares se reúnem em Boa Vista: Encontro é para discutir ações de combate ao tráfico de drogas, roubo de veículos e garimpagem ilegal”. Dessa vez, mesmo sob a pretensão de “controlar” e “fortalecer a segurança na fronteira”, a intenção é “estreitar laços”. Porém, “estreitar laços [somente] com as

instituições militares de ambos os países [...] cada um dentro de seu território” (FBV, 19 ago. 2009). “Estreitar laços” é um termo diverge das repetências encontradas no bloco de *segurança e defesa* e, mesmo que fique claro que a intenção é “estreitar laços” pra “fiscalizar e controlar melhor”, o termo ‘estreitar laços’ implica numa cooperação que não condiz com os sentidos predominantes no bloco de *segurança e defesa* do corpus.

Em resumo, o que poderia “estreitar laços” entre as nações, retoma os sentidos negativos que vêm sendo atribuídos à fronteira nesse bloco do corpus, de “fiscalizar” e “controlar” os “problemas comuns àquela região”.

Segurança energética

Em se tratando de segurança energética, a fronteira também se constitui por meio de denominações semelhantes às mostradas acima. Todavia, as recorrências são outras, mas que indicam um mesmo processo discursivo de significação para o lugar-fronteira. Observe:

(15) “[...] Sem a energia venezuelana, todo o Estado de Roraima voltaria a consumir energia de geração termelétrica a óleo combustível. Em 2001, quando o linhão entrou em operação, os gastos anuais com a geração térmica no Estado

caíram em R\$120 milhões. Mesmo com a vulnerabilidade do sistema elétrico na capital de Roraima, as únicas alternativas de abastecimento são as termoelétricas que abasteceriam apenas a Capital [...] A garantia [da Eletronorte de que não faltaria energia] não convenceu os consumidores que temem os prejuízos [...]” (FBV, 30 out. 2009).

(16) “[...] As recentes medidas de racionamento de energia elétrica impostas pelo governo venezuelano em seu território provocaram preocupação aos roraimenses [...]” (FBV, 14 e 15 nov. 2009).

(17) “[...] AMEACA – [...] nos últimos tempos temos tido quedas de energia oriundas de problemas na Venezuela, e vejo esse racionamento realizado lá como uma ameaça para a gente”, comentou a dona-de-casa Raquel Ribeiro [...]” (FBV, 14 e 15 nov. 2009).

(18) “[...] ‘São muitas reclamações de consumidores e queremos uma resposta clara sobre estes questionamentos. Não podemos continuar pagando uma das tarifas de energia mais caras do Brasil’, reclamou [o deputado].” (FBV, 08 julho 2009).

(19) “[...] Está sendo feito tudo o que a empresa pode fazer para que não sejamos pegos de calças curtas. Já foi feito até um plano de ação. Não seremos prejudicados com isso.” (FBV, 21 dez. 2009).

(20) “[...] Na época, já havia o receio por parte da população de Roraima que a medida pudesse afetar o fornecimento no Estado [...]” (FBV, 21 dez. 2009).

Em meados de 2009, uma “preocupante” crise energética atingiu a Venezuela. Preocupante, provavelmente, para a Venezuela; porém, preocupante também para a população roraimense. É possível fazer essa afirmação devido a algumas recorrências depreendidas do corpus. Todos os trechos apresentados acima se referem ao período em questão e à **segurança energética** estadual.

O recorte (15) – “[...] Sem a energia venezuelana, todo o Estado de Roraima voltaria a consumir energia de geração termelétrica a óleo combustível. Em 2001, quando o linhão entrou em operação, os gastos anuais com a geração térmica no Estado caíram em R\$120 milhões. Mesmo com a vulnerabilidade do sistema elétrico na capital de Roraima, as únicas alternativas de abastecimento são as termoelétricas que abasteceriam apenas a Capital [...] A garantia [da Eletronorte de que não faltaria energia] não convenceu os consumidores que temem os prejuízos [...]” – nos apresenta um cenário hipotético, caso a energia **vinda** da Venezuela fosse interrompida. O verbo “ficar” no futuro do pretérito (“ficaria”) nos faz imaginar uma situação em que Boa Vista ficaria às escuras caso o abastecimento energético da Venezuela deixasse de ocorrer. O título da matéria poderia ser escrito de diversas outras maneiras, mas não foi. A ‘vulnerabilidade’, então, causa preocupação aos consumidores que ‘temem os prejuízos’.

Preocupação visível, novamente, em (16) – “[...] As recentes medidas de racionamento de energia elétrica impostas pelo governo venezuelano em seu território provocaram preocupação aos roraimenses [...]”. É possível que esse cenário preocupe os roraimenses, pois ele se constitui como uma ‘ameaça’ a eles: (17) “[...] **AMEACA** – [...] nos últimos tempos temos tido quedas de energia oriundas de problemas na Venezuela, e vejo esse racionamento realizado lá como uma ameaça para a gente’, comentou a dona-de-casa Raquel Ribeiro [...]”.

O substantivo feminino ‘ameaça’ funciona para denominar o racionamento. A palavra aparece em letras maiúsculas, destacada do restante do texto, como forma de designar, resumir e qualificar a situação. Situação essa que causa “receio” (20), que gera “reclamações” (18), que nos pode “pegar de calças curtas” (19).

As recorrências percebidas ao longo do corpus são constituídas por temores de possíveis **ameaças** que possam vir a ocorrer devido a problemas na produção de energia na Venezuela. Apesar das notícias oficiais divulgadas pelas instituições governamentais responsáveis pela produção e abastecimento energético do estado de Roraima e da Venezuela, a edificação de um cenário **ameaçador** é constante. A matéria inicia informando sobre uma decisão interna do país venezuelano que, no entanto, remete aos roraimenses uma questão importante ao estado: a dependência

energética que Roraima possui em relação à Venezuela. O próprio título da notícia – “Sem abastecimento da Venezuela, metade de Boa Vista ficaria sem energia” – inicia o texto produzindo um efeito de insegurança e remete o leitor a um cenário hipotético ameaçador. Cabe ressaltar que na manchete da notícia – “Sem energia da Venezuela, metade de Boa Vista ficaria sem energia” – prefere-se destacar essa situação hipotética a enfatizar as falas institucionais. Essa informação oficial, da Eletronorte, aparece somente no fim do corpo de texto da reportagem. Em vez de reproduzir a fala da Eletronorte em destaque, que está no corpo da matéria – “preocupação é pertinente, mas não há motivos para pânico” – prefere-se destacar o que aconteceria caso o abastecimento energético fosse interrompido, mesmo que as instituições oficiais tenham negado veementemente, por várias vezes, tal possibilidade.

Portanto, o funcionamento das recorrências linguísticas quando se trata de notícias sobre **segurança energética** constituem mais sentidos negativos à fronteira. Note que a ‘ameaça’ fora ‘imposta pelo governo venezuelano’, ‘oriunda da Venezuela’. Mais uma vez, os problemas **vêm** “lá de fora”.

Por fim, são apresentas, no quadro a seguir, as principais similaridades recorrentes depreendidas do bloco de *segurança e defesa*, que vão dando sentidos à fronteira, efetivando-se materialmente da seguinte maneira:

Quadro 2 – “Principais regularidades linguísticas semelhantes depreendidas do bloco de *segurança e defesa*”

SEGURANÇA E DEFESA	
Medidas (prejudiciais)	Controle
Revista (fiscalizatória)	Segurança efetiva do território
Fiscalização	Prevenção
Posto de fiscalização	Repressão
Intensificar (fiscalização)	Crimes comuns de fronteira
Zona de alto risco	Assegurar o controle
Estabelecer controle (necessário)	Preocupação
Procedimentos (de controle)	Ameaça
Tolerância zero	Prejuízo
Estrangular (crimes)	Reclamações
Irregularidades	Impostos
Controle nas fronteiras	Impostos obrigatórios
Controle rigoroso	Apreensões
Controle necessário	Ponto estratégico

Fonte: Elaborado pelo autor.

Hugo Chávez

Por último, sobre o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, acredita-se ser interessante trazer alguns recortes encontrados no bloco de *segurança e defesa*. Nele, podemos perceber que Chávez, quando o assunto é **segurança energética**, também aparece frequentemente como uma preocupação:

(28) “‘Chávez é louco. Se ele está determinando absurdamente o comportamento da população do país dele, imagina o que ele pode fazer conosco! Não existe contrato que o impeça de cancelar a venda de energia para nós’, argumentou [um servidor público]” (FBV, 14 e 15 nov. 2009).

(29) “O racionamento feito pelo país liderado por Hugo Chávez, considerado por diversos segmentos como ditador, autoritário e famoso por declaração polêmicas no campo político [...] Chávez chegou a orientar a população a tomar banho com duração máxima de três minutos [...]” (FBV, 21 dez. 2009).

Em (28), por exemplo, usa-se a conjunção ‘se’, que é condicional, pois “se ele está determinando absurdamente o comportamento da população do país dele, imagino o que ele pode fazer conosco!”. Ou seja, **dada a circunstância**, nada impediria Chávez de interromper a venda de energia a Roraima. Na passagem

(29), ressalta-se que Chávez “‘chegou a orientar’ a população a tomar banho com duração máxima de três minutos”. A expressão “chegou a orientar” aí funciona com o objetivo de denotar as atitudes “absurdas” e “polêmicas” do Presidente. O jornalista poderia ter escrito “Chávez *orientou* a população a tomar banho [...]”, no entanto, preferiu-se dar ênfase à notícia claramente indicando a atitude como incomum. Ou seja, além da preocupação com os níveis dos reservatórios da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, associa-se a imagem de “ditador” do Chávez à Venezuela, como se afirmassem: “A energia vinda da Venezuela é preocupante porque Chávez, autoritário, preside o país”. Chávez é tido como “ameaça”, “preocupação”, “ditador” e “autoritário” e remete-nos aos sentidos encontrados no bloco de matérias relacionadas à temática de *segurança e defesa*.

Comércio e Turismo

Uma vez analisadas as construções discursivas decorridas ao longo do bloco de *segurança e defesa*, iniciaremos neste ponto a análise do bloco de notícias em torno da temática de *comércio e turismo*. No corpus, podem ser identificados três subtemas que constituem o bloco: **Mercosul**, **Ponte do Rio Tacutu** e **Paradiplomacia Subnacional**. A discussão no Senado Federal sobre

a possível entrada da Venezuela no bloco econômico Mercosul, as controvérsias envolvendo a inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu e a Paradiplomacia Subnacional realizada pelo Governo de Roraima voltaram, majoritariamente, as atenções da *Folha de Boa Vista* à região fronteiriça Brasil-Guyana-Venezuela.

Os sentidos aqui encontrados vão definindo outros efeitos de sentido para a fronteira em relação àqueles encontrados no bloco de *segurança e defesa*. De uma forma ou de outra, os recortes desse bloco se referem ao “desenvolvimento” econômico, cultural ou turístico. Observe abaixo os trechos retirados do corpus:

(1) “o setor econômico de Roraima recebeu com entusiasmo a aprovação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul pelo Senado, esta semana. Empresários acreditam que a entrada do país vizinho ao bloco trará benefícios ao Estado, impulsionando o desenvolvimento [...] Roraima, que mantém negociações bilaterais permanentes com aquele país, será principalmente beneficiado [...] Para o empresário Jadir Correa [...] ‘em outros modelos de blocos econômicos as fronteiras foram abertas. Espero que aqui também aconteça isso, apesar da crise que vive a Venezuela. Teremos facilidade de comércio e de intercâmbio.’ (FBV, 18 dez. 2009).

(2) “[...] Romero Jucá [...] disse que resultado será importante para a Venezuela e para o Brasil, em especial para Roraima[...] Teremos toda uma via de oportunidades de fazer essa integração econômica, porque esse processo passa por Roraima[...] haverá o estreitamento da relação comercial” (FBV, 16 dez. 2009).

(3) “Romero Jucá explicou que a votação da adesão do país vizinho ao bloco econômico interessa muito ao Brasil e, particularmente, a Roraima ‘estamos lutando junto à oposição para aprovar a matéria que é fundamental para nosso Estado’” (FBV, 28 e 29 nov. 2009).

(4) “Adesão ao Mercosul beneficiará Roraima: opinião é unânime entre especialistas em economia da iniciativa privada e do governo do estado” (FBV, 25 nov. 2009).

(5) “[...] especialistas da área econômica de Roraima veem a adesão [da Venezuela] com bons olhos [...]” (FBV, 25 nov. 2009).

(6) “[...] Para Roraima, o debate tem interesse particular, uma vez que o Estado faz fronteira com o país em questão e pode ser beneficiado com a aprovação”.

(7) “[...] o senador admitiu que o ingresso do país no bloco econômico, além de ser importante para o Brasil e para a própria Venezuela, é ainda mais para Roraima, que segundo ele pode ganhar força economicamente não podemos deixar essa oportunidade passar, porque é bom para a economia do Estado e relações comercial, cultural e educacional [...]” (FBV, 25 maio 2009).

(8) “Ele ressaltou [deputado] que pedirá ao Senado que faça o possível para não obstruir a votação ‘Vamos explicar quais as condições que vão beneficiar o

país, e em especial para nosso estado. Queremos sensibilizá-lo para que possa aceitar, votando a favor e trazendo esse benefício para o povo de Roraima”.

(9) “Não falo aqui pela liderança do governo, falo como senador de Roraima. O meu Estado será diretamente beneficiado com o fortalecimento das relações comerciais com o país vizinho” (FBV, 19 jul. 2009).

(10) “O prefeito do município de Gran Sabana, do lado venezuelano da fronteira [...] afirmou que, além da maior integração entre os dois países, o ingresso no bloco econômico vai auxiliar no desenvolvimento da economia da região” (FBV, 03 nov. 2009).

(11) “Para Jucá [...] ‘Não temos que temer entreveros comum país que é parceiro e fundamental para o destino econômico de Roraima’” (FBV, 02 out. 2009).

(12) “‘Deus e a história nos fizeram vizinhos [Brasil e Guayana], e essas ações selam mais esse destino em comum’” (FBV, 15 set. 2009).

(13) “Lula disse que a ponte do Tacutu é um sonho de 30 anos, e que a obra promete trazer a prosperidade para a população fronteiriça dos dois países vizinhos. ‘Essa é a primeira ligação física entre a Guiana e O Brasil, que já muito tempo viviam de costas um para o outro. Esperamos que essa fronteira seja agora um ponto de encontro, e que não sejamos apenas vizinhos, mas parceiros para tornar realidade o potencial da nossa herança amazônica’” (FBV, 15 set. 2009).

Nesses 13 (treze) trechos recortados, todos se referem ao Mercosul e à ponte sobre o Rio Tacutu. Neles, podemos depreender alguns dos sentidos que são atribuídos à ‘fronteira’. Como se lê, todos eles estão conectados a palavras como “desenvolvimento”, “benefício”, “fortalecimento” e “integração”. Observe que as reportagens são assertivas quanto à lógica de que os fatos trarão “benefícios” ao “desenvolvimento” de Roraima.

No trecho (1), afirma-se que “o setor econômico de Roraima recebeu com entusiasmo a aprovação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul pelo Senado”. Essa afirmação se constitui em outros recortes – “estreitamento da relação comercial” (2), o estado “pode ganhar força economicamente” (7), “fortalecimento das relações comerciais com o vizinho”, “desenvolvimento da economia da região” (10), “fundamental para o destino econômico de Roraima” (11). Note que, dentre todos os setores existentes, quem recebe com “entusiasmo” a entrada da Venezuela do Mercosul, em especial, é o setor econômico. Dessa maneira, a entrada da Venezuela ao Mercosul é “fundamental para o destino econômico” (11), “vai auxiliar no desenvolvimento econômico” (10), fortalecerá as relações com o país vizinho (9), pode beneficiar o povo de Roraima (8), é “fundamental para nosso estado” (3), integrará (2) e impulsionará o desenvolvimento (1). As assertividades das orações continuam sendo utilizadas. Os benefícios de Roraima com o acontecimento parecem

tão óbvios que são tidos como certos e cria-se uma ilusão naturalizada de causa e efeito. Raramente duvida-se dos possíveis benefícios econômicos da adesão do país venezuelano ao Mercosul.

Note que, sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, somente três passagens não são assertivas. Atente-se à utilização do verbo **poder**: “**pode** beneficiar o Estado” (2), “**pode** ser beneficiado” (6), “**pode** ganhar força economicamente” (7). Constroem-se as frases utilizando o verbo **poder**, no presente do indicativo, indicando a possibilidade de algo acontecer e não constitui uma assertividade. No entanto, como se lê, o verbo **poder** vem sempre acompanhado de verbos “positivos”: “beneficiar” e “ganhar força”. Nenhuma das construções indica a possibilidade de algo “ruim” ocorrer após a entrada do vizinho ao bloco econômico. É como se houvesse apenas uma possibilidade óbvia: o benefício.

Destaca-se, nos trechos, a importância especial que o país venezuelano representa ao “destino econômico de Roraima” (13), pois “Roraima, que mantém negociações bilaterais permanentes com aquele país, será principalmente beneficiado” (1), “interessa muito ao Brasil e, particularmente, a Roraima” (3), vai “beneficiar o país, e em especial para nosso estado” (3) e (8), há um “interesse particular” (6), é “importante para o Brasil e para a própria Venezuela, é ainda mais para Roraima” (7). Interessa apontar que a entrada da Venezuela no Mercosul é interessante não apenas ao Brasil, mas “principalmente”,

“especialmente”, “particularmente” interessante também para Roraima e para o “povo de Roraima” (8).

Ao longo do corpus, há poucas referências diretas ao termo ‘fronteira’. No entanto, em (1) existe uma passagem que também merece atenção especial em que se diz: “em outros modelos de blocos econômicos as fronteiras foram abertas, espero que aqui também aconteça isso”. Essa afirmação, de que “em outros modelos de blocos econômicos as fronteiras foram abertas” nos induz a deduzir que as fronteiras em Roraima encontram-se fechadas. Fechadas em relação ao comércio ou fechada a outras questões? Fechadas fisicamente, socialmente, culturalmente? Fechadas para quem?

Burocracia

A fala do empresário acima nos fez trabalhar discursivamente essa questão e nos remete a diferentes questionamentos. A partir desses questionamentos, tomou-se um novo ponto-suporte para a leitura do corpus do bloco de *comércio e turismo*: a que, possivelmente, o empresário se refere com sua fala sobre abrir as fronteiras? Dessa maneira, percebeu-se um detalhe frequentemente frisado no corpus: a ‘**burocracia**’. Acompanhe:

(14) “Esta burocracia a que se refere, estaria, na avaliação do empresário, prejudicando significativamente o turismo local. As autoridades estariam exigindo muito de quem apenas quer fazer um passeio até Boa Vista”.

(15) ““No nosso entender, ela [condução de veículos apenas pelos proprietários] é altamente prejudicial para o processo de integração do desenvolvimento do setor turístico entre o Brasil e a Venezuela [...]” (FBV, 27 fev. 2009).

(16) “Roraima vai sediar a XX Reunião do Grupo de Trabalho [...] para tratar sobre o desenvolvimento fronteiriço [...] O Estado saiu em defesa de mecanismos que venham facilitar a vida dos empresários e turistas que tem negócios com a Venezuela e utilizam os serviços na fronteira.” (FBV, 24 abril 2009).

(17) “[...] passamos a discutir [governador de Bolívar e de Roraima] acordos [...] principalmente sobre comércio e transportes, além de livre trânsito, que engloba residência, estudo e trabalho da população fronteiriça [...]” (FBV, 02 nov. 2009).

(18) “Governador de Roraima quer que Venezuela reavalie exigências para turistas [...] a intenção do Governo de Roraima é de que sejam adotadas, nas relações do Brasil com a Venezuela, os mesmos procedimentos de desburocratização comuns aos países do Mercosul.”

(19) “[...] inspirados [os governadores de Roraima e Bolívar] em unir forças para vencer a burocracia, a distancia e o ceticismo [...] Há muitos anos Roraima

sonha e espera com ansiedade a ampliação desse bloco econômico, idealizado para ser o eixo estruturante do processo de integração sul-americana [...]”.

A partir da leitura do bloco de *comércio e turismo*, depreende-se certa reivindicação em relação a algumas dificuldades atuais existentes no comércio e turismo fronteiriço. É a partir dessa constatação que podemos relacionar a burocracia ao controle e à fiscalização feitos geralmente pela PF e pela RF, como encontrados no bloco de notícias acerca de *segurança e defesa*. Contudo, a burocracia, aqui, deixa de ser “necessária” como uma exigência óbvia e natural de fronteira, deixa de ser indispensável e se torna “altamente prejudicial” (15) e algo a ser vencido. Os sentidos para “controle” e “fiscalização” (representados, aqui, pela “burocracia”) vai ganhando novas formas.

No recorte (19), os governadores dos dois estados subnacionais vizinhos procuram “unir forças para *vencer* a burocracia” [grifo nosso] para a integração. Ora, unir forças para vencer algo ou alguém implica que esse algo ou alguém é uma espécie de inimigo. Porém, lembra-se que a burocracia é causada e imposta pelo próprio Estado brasileiro (e pelo venezuelano, como será visto) através de ações fiscalizatórias e repressivas por suas instituições presentes na fronteira.

O recorte (14), por sua vez, reporta sobre a burocracia para quem **entra** no Brasil. No entanto, em (14), não se trata das dificuldades encontradas pelos próprios brasileiros, mas de venezuelanos que querem fazer “um passeio até Boa Vista”. A partir dessa observação, continua-se percebendo que a burocracia não é uma “exigência de fronteira” apenas por parte do Brasil, mas também da Venezuela. Em (15), observa-se que a “condução de veículos somente pelos proprietários” (condição exigida para entrar na Venezuela), a vontade do Governador de Roraima para que a Venezuela “reavalie exigências para turistas” (18) e de “facilitar a vida de empresários e turistas” (16) também são resultado de exigências burocráticas feitas pelo país venezuelano. A ênfase na “desburocratização” para “integração” destoa dos sentidos de burocracia constituídos no bloco anterior. Burocracia aqui passa a ganhar tons de empecilho, de problema a ser vencido.

E, para “vencer a burocracia, a distância e o ceticismo” (19), notemos mais alguns outros recortes que cabem notas:

(20) “[...] Estreitar e intensificar os vínculos de amizade e integração entre os estados fronteiriços foi o objetivo do VII Encontro de Governadores dos Estados de Bolívar (Venezuela) e Roraima [...] Eles sugeriram novas ideias e diretrizes políticas para aprofundar as ações de integração entre Roraima e Bolívar [...]”.

(21) “No próximo encontro entre os presidentes [Lula e Chávez] [...] serão tratados 10 itens de interesse de Roraima. Pelo menos cinco destes pontos a serem discutidos foram definidos pelo Governo do Estado e são frutos do Encontro de Governadores [...] Há uma determinação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que, em relação a todos os assuntos que dizem respeito à fronteira venezuelana e guianense, o Governo do Estado seja consultado e eles têm feito isso sistematicamente [...].” (FBV, 25 maio 2009).

Diante da “burocracia”, convém ressaltar que, para vencê-la, o Governo estadual atua por meio da **Paradiplomacia Subnacional**. Sobre a Paradiplomacia, é importante destacar que, neste trabalho, apoiou-se nas ideias de Senhoras (2008) sobre o termo, que pensa a Paradiplomacia Subnacional como a “ação paralela em âmbito internacional de governos locais e regionais através do estabelecimento de contatos permanentes ou não com atores correspondentes em outros países e com entidades públicas ou privadas estrangeiras” (SENHORAS, 2008). Desse modo, nota-se a importância da agenda paradiplomática do Governo de Roraima na conformação das principais pautas da agenda diplomática bilateral entre o Brasil, a Guyana e, mais especificamente - como materializado acima – a Venezuela.

Por fim, apresenta-se, no próximo quadro as principais similaridades recorrentes depreendidas do bloco de *comércio e*

turismo, que vão dando sentidos à fronteira, efetivando-se materialmente da seguinte maneira:

Quadro 3 – “Principais regularidades semelhantes depreendidas do bloco de *segurança e defesa*”

COMÉRCIO E TURISMO	
Benefícios	Sonho (Ponte do Tacutu)
Desenvolvimento	Prosperidade
Beneficiado (o estado de Roraima)	Herança amazônica
Facilidade	Parceiro
Importante (para os países envolvidos)	Estreitar
Integração	Intensificar
Integração econômica	Vínculos de amizade
Interessante	Aprofundar (a integração)
Fundamental (para Roraima)	Muro de Berlim (não pode haver)
Unanimidade (positiva)	Muro (não pode haver)
Interessa particular	Facilitar a vida
Ganhar força (economicamente)	Acordo
Bom	Desburocratização
Fortalecimento	Burocracia (acabar com)
Desenvolvimento fronteiriço	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Hugo Chávez

Por último, além da burocracia, pode-se destacar outro empecilho à integração econômica entre os países: Hugo Chávez. Semelhantemente ao bloco de *segurança e defesa*, o bloco de *comércio e turismo* também apresenta nuances e atribuições de sentido ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O presidente venezuelano é o principal motivo de discórdia encontrado no corpus entre os Senadores na votação sobre a entrada da Venezuela no Mercosul. Sobre Hugo Chávez, observe:

(22) “O governador Anchieta Júnior é contra essa posição. Não dá para construir um muro de Berlim na fronteira, fazer segregação. Não vamos melhorar a Venezuela isolando o país. Nunca se resolveu um problema de democracia com essa ótica equivocada da oposição” (FBV, 02 out. 2009).

(23) “O senador Romero Jucá disse que os parlamentares não podem construir um ‘muro’ na fronteira entre o país vizinho e o Estado de Roraima”.

(24) “O Brasil precisa estar seguro de que o ingresso daquele país, em razão da política do atual governo, não vai desestabilizar a união aduaneira nem atrapalhar outras relações comerciais”, justificou. Mozarildo mencionou o intervencionismo econômico do presidente venezuelano, Hugo Chávez, que

segundo o parlamentar tem intenção de perpetuar-se no poder” (FBV, 19 jul. 2009).

(25) “[...] ‘O presidente governa de forma quase ditatorial, uma vez que conta com um Congresso totalmente submetido a seus interesses’, afirma Tasso.”.

(26) “‘O país vizinho não é Hugo Chávez’, disse ele, referindo-se às críticas de opositores que não aceitavam a adesão da Venezuela, pela forma ditatorial que o presidente venezuelano conduz o país” (FBV, 18 dez. 2009).

(27) “[...] disse ter votado [senador] ‘não contra o comércio, mas a favor de um Mercosul que possa garantir a cláusula democrática’ e frisou que Chávez ‘só não é mais ditatorial porque existe ainda alguma resistência da sociedade civil.” (FBV, 16 dez. 2009).

Em (21) e (22) o tom é favorável quanto à entrada da Venezuela, pois recusá-la criaria um “muro de Berlim” (21) entre os dois países, se referindo à “segregação” ocorrida entre a Alemanha Oriental e Ocidental durante a Guerra Fria. O principal causador da discórdia entre os parlamentares é Hugo Chávez. Enquanto uns defendem que “o país vizinho não é Hugo Chávez” (26), outros alegam que Chávez “só não é mais ditatorial porque ainda existe ainda alguma resistência da sociedade civil” e que “ele tem a intenção de se perpetuar no poder”. Entretanto, o que se sobressai nos discursos dos parlamentares representantes de **Roraima** são

posições favoráveis à entrada da Venezuela do Mercosul. Em uma passagem, vale ressaltar, desvencilha-se a imagem de Chávez à da Venezuela: “o país vizinho não é Hugo Chávez” (26). Uma vez que já existe um discurso funcionando (o discurso que associa a imagem ditatorial de Hugo Chávez à Venezuela), faz sentido dizer que “o país vizinho não é Hugo Chávez”. Portanto, essa frase foi proferida para funcionar em relação a um sentido pré-existente. O intuito em dizer algo que parece óbvio, o de que “o país vizinho não é Hugo Chávez”, pode funcionar aí para destoar dos sentidos predominantes que foram se formando durante os debates sobre a Venezuela no Mercosul, que ligavam diretamente a personalidade de Chávez à Venezuela como um todo, impedindo a adesão dos país venezuelano ao bloco econômico.

Quem são aqueles vizinhos? Venezuela e Guyana ou Guyana e Venezuela?

A partir da análise de todo o corpus e evidenciado diferenças nos sentidos atribuídos à ‘fronteira’, à ‘Guyana’ e à ‘Venezuela’, cabe ressaltar algumas semelhanças depreendidas do corpus como um todo, sem suas subdivisões.

A princípio, é interessante apresentar uma desigualdade quantitativa. As notícias sobre a fronteira com a Venezuela são mais

frequentes em comparação ao número de matérias publicadas sobre a fronteira com a Guyana. Ou seja, existe a predominância em falar *sobre* a fronteira venezuelana em relação a falar somente *sobre* a fronteira guyanense. O lugar Brasil-Venezuela é “mais dito” do que o lugar Brasil-Guyana.

Dada essa desigualdade quantitativa, algumas observações podem ser levantadas sobre uma desigualdade de “preferência”, pois, durante a construção dos textos jornalísticos, quando se quer falar dos dois países vizinhos num mesmo espaço ou fala, dão “preferência” à Venezuela em relação à Guyana. Dentre os poucos exemplos de notícias redigidas sobre os dois países num único contexto, observe os dois exemplos a seguir:

(1) “Venezuelanos e Guianenses estão na feira: Organizadores do evento também aguardam a chegada de empresários amazonenses e rondonienses. A expectativa durante a 38ª Exposição Agropecuária de Roraima (Expoferr) é de movimentar milhões no setor com aquisição de animais, equipamentos e outros negócios, fomentando o desenvolvimento do Estado. Além do empresariado local, o evento conta com a participação de investidores dos países vizinhos. Venezuela e Guiana, e dos estados de Rondônia e Amazonas. Um stande (*sic*) de empresários venezuelanos já está sendo montado para comercializar variados tipos de queijos. Já empresários guianenses, amazonenses e rondonienses estão sendo esperados para intercâmbios e rodadas de negócios”

(2) “Uma denúncia que a Polícia Federal estaria impedindo a entrada de ônibus, van e micro-ônibus na Venezuela e na Guiana foi enviada por internautas para a *Folha*. Segundo informações, eles teriam sido impedidos de passar na fronteira [da Venezuela] [...] A informação foi confirmada pela funcionária pública Andreia Magalhães, que estava em um ônibus de turismo e foi impedida de entrar em outra fronteira, desta vez na Guiana” (FBV, 03 e 04 out. 2009).

Nota-se, com o modo de redigir e anunciar a notícia, que nas frases grafa-se ‘Venezuela e Guiana’. Sabendo que esta não é a única maneira de escrever no texto, pode-se refletir acerca de outras possibilidades. Por exemplo, na frase poderia estar escrito ‘Guiana e Venezuela’ no lugar de ‘Venezuela e Guiana’. Não há nada na língua portuguesa que impeça essa construção. A mesma observação pode ser apresentada em relação à construção do texto jornalístico em sua completude. Percebe-se que o texto desmembra os ‘países vizinhos’ em dois: ‘Venezuela e Guiana’ e, posteriormente, desmembra os dois países de maneira desigual: ‘Venezuela’ é mostrado primeiro no texto, sempre antes da Guyana. É a partir dessas “sobreposições” da Venezuela sobre a Guyana que é possível que se instale uma sensação de “importância maior” do país venezuelano em relação ao vizinho guyanense. Então, o que motiva essa “preferência”? Essa percepção talvez se materialize devido a alguns acontecimentos históricos que foi dando a Roraima uma vulnerabilidade maior aos

acontecimentos da /na Venezuela em vez dos acontecimentos da /na Guyana.

Sobre a dependência de Roraima em relação à Venezuela, é possível se remeter a alguns exemplos, como a dependência energética de Roraima (Guri), semelhança das línguas pátrias (Espanhol e Português) que facilitam práticas comerciais e turísticas, dependência cibernética (cabos de fibra óptica) etc. Em relação a essa dependência, observe-a na charge abaixo, também retirada da *Folha de Boa Vista*:

Figura 6 - Dependência de Roraima em relação à Venezuela



Fonte: Folha de Boa Vista.

A charge anterior, publicada pelo periódico *Folha de Boa Vista*, simboliza, à sua maneira, a dependência de Roraima em relação à Venezuela mencionada acima. E percebe-se que a fala contida no balão da charge caminha pelos dois blocos temáticos construídos para a análise do corpus. Refere-se à **segurança energética** – “Eles compram nossa energia”, à **segurança cibernética** – “Vão receber banda larga daqui”- e à relação comercial entre Roraima e a Venezuela – “Querem nosso mercado”. A última oração – “Parece que cuida mais de Roraima do que o Governo do Brasil” – pode nos submeter também à importância do governo venezuelano para Roraima em relação ao governo do Brasil. Portanto, essa dependência percorre todo o corpus, sem distinção entre os blocos temáticos sobre notícias relacionadas a *segurança e defesa* e a *comércio e turismo*.

A partir dessa constatação, preferiu-se, neste livro, sempre utilizar, desde o título da capa, os nomes dos três países em questão – Brasil-Guyana-Venezuela- em ordem alfabética. No entanto, ao se fazer isso, não se pretende apresentar um trabalho imparcial ou exterior à situação histórico-ideológica que coloca a Venezuela num lugar de maior importância que a Guyana em relação ao Brasil. Nossa intenção foi a de, desde o princípio, logo à primeira vista, procurar pôr aos olhos do leitor que o que é dito sempre pode ser dito

de outra forma e que um discurso só existe porque outras significações existem.

Além da preferência em sempre utilizar os nomes dos países em questão em ordem alfabética, note que, ao longo do livro, também optamos por grafar o nome Guyana utilizando um ‘y’ em vez da vogal ‘i’, pois, em concordância com as reflexões de Oliveira, para os guyanenses “Guiana é uma grafia que identifica a ex-colônia Britânica. Eles dizem que não são mais ‘British Guiana’ desde 1966, quando aconteceu a independência daquele país” (OLIVEIRA, 2010, p.7). Ou seja, apenas a substituição de uma letra por outra pode remeter à história de dependência da Guyana à Grã-Bretanha. Adotou-se, na nova República Cooperativista da Guyana, a mudança de uma única letra para fazer significar vários sentidos. E isso não é pouco, posto que remete a distintas memórias – a do colonizados (Grã-Bretanha) ou à do ex-colonizado (Guyana).

No caso, em vez de noticiar-se “Guianenses e Venezuelanos estão na feira” noticia-se “Venezuelanos e Guianenses estão na feira”. Somente esta recorrência nos mostra que o texto é apenas a “ponta do iceberg” do processo discursivo. Vale ressaltar, igualmente, que a headline “Venezuelanos e Guianenses estão na feira” confirmam a importância em diversos setores (neste caso, econômico-comercial) que a região fronteira Brasil-Guyana-Venezuela representa para o estado roraimense. A organização do

“título: subtítulo” da matéria pode nos remeter a mais construções discursivas: a de que Roraima está física e comercialmente mais conectado, de certa forma, às nações vizinhas do que aos demais estados brasileiros. É possível que o destaque à Guyana e à Venezuela na manchete em relação aos empresários dos estados do Amazonas e de Rondônia – “Venezuelanos e Guianenses estão na feira: Organizadores do evento também aguardam a chegada de empresários amazonenses e rondonienses” – represente a maior aproximação infraestrutural e geográfica – ou talvez maior interesse – dos dois vizinhos internacionais em relação aos estados brasileiros.

Retomando os questionamentos realizados no título desta sessão, perguntamos: quem são *aqueles* outros? O grifo no pronome demonstrativo *aqueles* não é por acaso. Primeiramente, observe as passagens das matérias com os grifos em relação ao uso da terceira pessoa para se referir à Guyana e à Venezuela e atente-se também ao uso recorrente do termo ‘país vizinho’:

(3) “[...] nas madrugadas dos finais de semana quando turistas brasileiros deixam aquele país” [...] (FBV, 08 jul. 2009).

(4) “[...] circulação de carros brasileiros naquele país [...]”

- (5) “[...] este seria o terceiro Corola a ser levado para aquele país [...]” (FBV, 09 dez. 2009).
- (6) “[...] nova rota para quem deseja entrar naquele país [...]” (FBV, 22 abr. 2009).
- (7) “[...] o Brasil precisa estar seguro de que o ingresso daquele país [...]” (FBV, 19 jul. 2009).
- (8) “[...] Eles só tinham permissão pra ficar 90 dias no país vizinho [...]” (FBV, 10 dez. 2009).
- (9) “[...] De acordo com brasileiros que vivem no país vizinho [...]”
- (10) “[...] em virtude da atual crise energética pela qual passa o país vizinho [...]” (FBV, 21 dez. 2009).

A recorrência destacada nas passagens que sustentam a suposição de que a fronteira nos separa do *outro* é a frequente referência ao ‘vizinho’ na *terceira pessoa*. Pois, “à medida que o sujeito passa a falar da 3ª pessoa, o efeito de sentido da relação sujeito-objeto discursivo passa a ser de distanciamento” (ROMÃO; PACÍFICO; VIEIRA, 2008, p.61). Afinal, quem são *aqueles* ou

aquele país? Nesse sentido, utilizar a terceira pessoa, neste caso, afirma a separação entre o que é nosso e o que é deles.

Nessa sequência, repare nas passagens que frisam a Guyana e a Venezuela como *país vizinho*. É bem verdade que se toma como natural essa denominação à Guyana e à Venezuela, visto que ambos fazem fronteira com o Brasil, “moram ao lado” e, de fato, são limítrofes. O que se pretende ao apontar o uso frequente desse termo é fazer referência que, ali, os textos, como sabido, poderiam ser escritos de outra maneira. No entanto, a naturalidade e, tão logo, a obviedade do que significa o termo *país vizinho* no contexto sócio-histórico-ideológico atual diz muito mais do que países que estão “um ao lado do outro”. Países vizinhos remetem-nos aos estudos sobre fronteira mencionados no capítulo 2 deste livro: à configuração dos Estados-Nação e às peculiaridades que zonas fronteiriças possuem, por exemplo. Países vizinhos são países que, de certa maneira, podem possuir problemas e soluções em conjunto (ou não). São países que possuem contato direto um com o outro de uma maneira ou de outra. Ou seja, só existe *país vizinho* se existir uma fronteira, se existir o *aquele outro*.

É por essa razão que se verifica também o “natural” e recorrente uso da terceira pessoa para falar tanto da Guyana quanto da Venezuela. Não utilizar os termos *país vizinho* e *aquele* ou *naquele*, demandaria um esforço não natural do autor da matéria,

visto que o mais compreensível e “natural” seria utilizar tais palavras. Na verdade, pretende-se mostrar que o sujeito se assujeita à língua: mesmo que se esforce em citar a Guyana e/ou a Venezuela substituindo o termo ‘país vizinho’ por ‘país parceiro’ ou ‘país irmão’, por exemplo, não conseguiríamos escapar das outras agitações sócio históricas que tal processo desencadearia. Na conjuntura atual, parece-nos que seria impossível se desligar daquilo que não está dito quando se fala *naquele* país ou *país vizinho*, pois pensar as relações internacionais sem a concepção do *outro* não parece um sentido concebível, dado a historicidade e a ideologia de todos esses conceitos já abordados no capítulo 2.

Inegavelmente, mesmo que tentemos considerar – num mundo à parte do nosso – nossos vizinhos como nós mesmos, cairíamos novamente no que não fora dito. Se considerássemos nós e nossos vizinhos como um só, seria preciso primeiro considerar que há mais de um “lá fora” pra nos constituirmos como um todo. Ainda, os outros não se constituem como um todo homogêneo, mas há “mais de ‘um’ outro”. Noutras palavras, a partir daí é que nos deparamos com o que percebemos como o *outro*.

Para tornar mais clara essa afirmação, retomemos algumas passagens citadas que exemplificam a separação entre *nós* e o *outro* em questão dentro do corpus total analisado:

(D) “Uma das principais reclamações de brasileiros que cruzam a fronteira para fazer compras diz respeito à diferença de preços [...]” (FBV, 03 nov. 2009).

(E) “A balsa continua sendo o único meio de travessia na fronteira [...]” (FBV, 07 maio 2009).

(F) “[...] quem tenta atravessar num final de semana ou feriado enfrentará dificuldades [...]”.

(G) “[...] condutores de veículos que desejam adentrar o país [...]” (FBV, 27 fev. 2009).

(H) “[...] eles teriam sido impedidos de passar na fronteira [...]” (FBV, 03 e 04 de out. 2009).

(I) “[...] regulamentar o trânsito entre os dois países [...]” (FBV, 25 dez. 2009).

(J) [...] além da não-exigência do condutor ser o dono dos veículos que cruzam a fronteira[...].” (FBV, 24 abril 2009).

Como se lê nos destaques dados aos recortes acima, a acepção acerca de ‘fronteira’ como um lugar de divisão física permanece como sendo um sentido natural, como algo dado. Esse sentido talvez condiga com as ideias apresentadas por Williams (2006) sobre

fronteira nas RI, apresentadas no capítulo 2, de que a ideia de fronteira pode ser “uma ideia poderosa, tão poderosa, em fato, que geralmente é tida como certa [...] fronteiras devem ser delimitações de propriedade, delimitações de autoridade, de estabelecer linhas defensivas e **marcar a diferença entre ‘nós’ e ‘eles’**” (WILLIAMS, 2006, p.1). Sobre os sentidos nos recortes acima, note os trechos sublinhados: ‘cruzam’, ‘travessia’, ‘atravessar’, ‘adentrar’, ‘passar’.

Nas passagens, percebe-se que para passar de um lado para o outro seria preciso atravessar o rio que **separa** o Brasil da Guyana, por exemplo. A partir deles, pode-se presumir que a fronteira física é imóvel, pois as construções semânticas colocam as fronteiras na situação passiva, visto que quem atravessa a fronteira são as pessoas e não a fronteira que se move e muda as pessoas de lugar. Resumidamente, é como se partíssemos do princípio de que “sim, a fronteira existe, ela se encontra neste lugar e ela é imóvel”. Esses recortes são apenas fragmentos do que se repete ao longo de todo o corpus: a ideia de que a **fronteira física** está lá, parada, e que pode ser constantemente atravessada, passada, cruzada. Logo, existe *nós* e ‘*aquele país*’, o ‘*país vizinho*’.

Fronteiras geralmente podem estar vinculadas a rios ou por outras marcas geográficas. No entanto, as fronteiras em questão são “atravessáveis”. Portanto, considera-se que fronteira é uma linha

construída discursivamente pelo homem, que diferencia o que é nosso do que é deles, mas que, neste caso, existem pontos de contato.

Vale ressaltar que, ao longo de todo o corpus analisado, nenhuma notícia mostrou em destaque algum enfoque sobre temas voltados a realizações culturais. Somente eventuais referências fragmentadas ao longo do corpus, quase sempre relacionado ao comércio local. Que efeitos de sentidos são produzidos para esse tema? O que se projeta em vez da cultura? Onde se encontra o cotidiano múltiplo marcado por “línguas diversas, religiões plurais, tradições diferentes convivem num espaço relativamente pacífico” (CAMARGO, 2011, p.13), conforme explicitado no capítulo 2? Deixa-se, então, mais essas questões a serem pensadas pelo leitor.

Considerações sobre a Análise do corpus

A partir da análise do corpus selecionado, o conjunto de notícias sobre ‘fronteira’, ‘Guyana’ e ‘Venezuela’, publicados ao longo do ano de 2009 na *Folha de Boa Vista*, foi possível identificar os seguintes pontos:

- Os significados atribuídos ao lugar-fronteira mudam conforme o interesse dos principais atores envolvidos, geralmente os agentes estatais e empresariais.

- Percebe-se duas significações predominantes. Primeiro, a fronteira como um lugar de divisa, onde o controle, a fiscalização e a burocracia são necessários e são questões de segurança nacional do Brasil como um todo. Segundo, a fronteira como um lugar-recurso, onde urge a integração, o desenvolvimento e a intensificação comercial e turística, bem como a desburocratização e a aproximação.
- Os principais atores presentes na fronteira são agentes governamentais: Polícia Federal (PF), Receita Federal (PF), Governo Estadual, empresários locais e classe política local. No entanto, suas aparições nas reportagens também mudam conforme a temática. Em *segurança e defesa*, os mais presentes são os órgãos federais. Em *comércio e turismo*, os atores locais são mais consultados e mostrados pela *Folha de Boa Vista*.
- As políticas públicas voltadas à região mudam conforme o bloco em que se encaixam (*segurança e defesa* ou *comércio e turismo*) e confrontam-se entre si.
- Não se encontrou enfoque a temas voltados sobre realizações culturais. Apenas eventuais referências fragmentadas ao longo do corpus. Pouca importância dada para os laços culturais e sociais na região.

- Preferência do periódico em falar sobre a Venezuela em vez da Guyana.
- Somente uma (1) notícia considera fundamentalmente pesquisas e opiniões de um (1) especialista em Relações Internacionais.
- Fontes provindas da Guyana e da Venezuela não são levadas em consideração nos processos de significação da fronteira.
- Existe mais de uma fronteira e elas, substancialmente, se encaixam nas abordagens da Tabela 1, encontrada no Capítulo 2, sobre fronteiras nas RI.
- Pouca importância às questões internas dos países vizinhos, com exceção daquelas que influenciaram diretamente no âmbito interno, como o racionamento energético na Venezuela.
- Relações bilaterais entre Guyana e Venezuela, sem o Brasil, não são noticiadas.
- Paradiplomacia Subnacional é temática frequente e é fundamental no relacionamento de Roraima com a Guyana e a Venezuela, bem como na formação da agenda diplomática brasileira com esses países.
- Devido às mudanças de sentido de acordo com os interesses dos atores envolvidos, pode-se dizer que as fronteiras são construídas socialmente.

- A participação direta da sociedade civil nessa questão é fraca. A população em geral participa passivamente da produção de políticas públicas voltadas à região.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Sabendo que há outros olhares possíveis em relação à temática abordada, além das percepções contempladas no presente trabalho, acredita-se que algumas questões que iniciaram e conduziram os percursos da análise do corpus devem ser destacadas.

Inicialmente, para considerar a fronteira como uma construção social e estudá-la através da mídia empregando uma teoria linguística (AD), alicerçou-se o trabalho por meio da teoria Construtivista das Relações Internacionais. A princípio, de acordo com essa teoria, afirmou-se que o mundo é socialmente construído pela linguagem humana. Dessa maneira, todos os argumentos utilizados durante o trajeto da análise tornaram-se plausíveis. No capítulo 1, objetivou-se fundamentar a aceitabilidade e a possibilidade de tornar o presente livro multidisciplinar, apoiando-se nos estudos construtivistas de linha *modernista-linguista* das RI. Sabidas as principais ideias configuradoras da teoria Construtivista, passou-se a enxergar a tríplice fronteira sob as lentes dos principais teóricos dessa corrente. Foi possível estabelecer a mídia como ator instituidor de sentidos e significações para a sociedade em geral, assim como fora praticável a possibilidade de cogitar a existência de múltiplos sentidos para o conceito de fronteira. Além disso, a teoria Construtivista permitiu instituir uma parceria com a teoria da Análise

de Discurso, a fim de analisar a mídia mais especificamente, de modo que se autorizou investigar o jogo dos processos de significação e constituição da região Brasil-Guyana-Venezuela na mídia impressa roraimense.

Posteriormente, no capítulo 2, refletiu-se acerca dos aspectos gerais do lugar Brasil-Guyana-Venezuela. Para tanto, primeiramente julgou-se necessário apresentar ao leitor a atual discussão nas Relações Internacionais sobre o surgimento do Estado-Nação e suas fronteiras, desvendando as principais ideias postuladas desde os acordos de Westphalia. Em seguida, exibiu-se, especificamente, as velhas e as novas abordagens sobre fronteira nas RI, que sofreram mudanças desde o término da Guerra Fria. O intuito, aí, fora o de, a partir dessas velhas e novas abordagens sobre fronteira, mostrar que as fronteiras podem ser várias e possuir diferentes significados, mesmo antes de introduzir o leitor à teoria da Análise de Discurso. Desse modo, desmantelou-se aquela antiga ideia Realista de uma fronteira estática, sem peculiaridades, e abriu-se espaço às novas abordagens que consideram a fronteira como um lugar próprio. Apresentadas essas reflexões, conheceu-se alguns aspectos históricos e geográficos sobre a conformação do estado de Roraima e as características físicas da tríplice fronteira em questão.

Dadas essas informações, no capítulo 3 avaliou-se que seria necessário, para compreender melhor o funcionamento dos percursos

da Análise de Discurso, apresentar conceitos fundamentais da teoria da AD. Nele, caminhou-se por um roteiro teórico, no qual ideias-base da AD foram colocadas, bem como algumas características dos estudos dessa teoria. No capítulo 3, explanou-se de que maneira o corpus selecionado para análise foi constituído e quais seus fundamentos e funções para a AD. Sobre o corpus, cabe lembrar que fora constituído de todas as notícias sobre ‘fronteira’, ‘Guyana’ e/ou ‘Venezuela’ publicadas no *Caderno A* do periódico impresso *Folha de Boa Vista*, ao longo do ano de 2009, constituído de fatos que levou a mídia a devotar atenção especial à região estudada.

Conhecidas as principais ideias e teorias da presente pesquisa, iniciou-se, no capítulo 4, a análise do corpus acima mencionado. Analisou-se as matérias que poderiam se relacionar aos eixos estruturantes da pesquisa - ‘fronteira’, ‘Guyana’ e/ou ‘Venezuela’. Portanto, trabalhou-se esquadrinhando os sentidos que se encontravam fragmentados ao longo de um ano repleto de manchetes e notícias sobre as fronteiras roraimenses. A partir de uma análise prévia, percebeu-se que seria possível dividir a análise fundamentalmente em dois grupos principais: as reportagens relacionadas à temática de *segurança e defesa* e as matérias jornalísticas cuja temática dizia respeito ao *comércio e turismo* da região.

De acordo com a análise feita a partir do objetivo inicial de identificar a construção do conceito de fronteira nas matérias publicadas pelo jornal *Folha de Boa Vista*, duas principais formações discursivas distintas delinearam-se no processo de significação: a primeira se forma pelos sentidos que são atribuídos à fronteira quando inserida no bloco de matérias relacionadas à *segurança e defesa* e, a segunda é formada pelos sentidos dados à fronteira quando se fala em *comércio e turismo* na região.

A possibilidade da divisão do corpus em dois grandes blocos que fizeram a fronteira significar de maneiras diferentes materializou as duas formações discursivas distintas depreendidas do corpus. Nota-se que os sentidos que se filiam à região estudada são, de certa maneira, opostos. De um lado, em *segurança e defesa*, considera-se que a região fronteira deve ser rigorosamente controlada, fiscalizada, vigiada, impermeabilizada e burocratizada. Observa-se que a fronteira recebe um sentido de zona de perigo, por ocorrerem diversos crimes que colocam em risco a segurança nacional e o bem-estar da população. De outro lado, em *comércio e turismo*, a fronteira adquire significação inversa. A fronteira passa de algo a ser burocratizado a um lugar onde deve haver livre trânsito e integração física, comercial e turística. A fim de melhor ilustrar essa divergência, elaborou-se o quadro abaixo comparando duas tabelas já exibidas anteriormente:

Quadro 4 - **Comparação sobre**
de Segurança e Defesa e Comércio e Turismo

SEGURANÇA E DEFESA	COMÉRCIO E TURISMO
Medidas (prejudiciais)	Benefícios
Revista (fiscalizatória)	Desenvolvimento
Fiscalização	Beneficiado (o estado de Roraima)
Posto de fiscalização	Facilidade
Intensificar (fiscalização)	Importante (para os países envolvidos)
Zona de alto risco	Integração
Estabelecer controle (necessário)	Integração econômica
Procedimentos (de controle)	Interessante
Tolerância zero	Fundamental (para Roraima)
Estrangular (crimes)	Unanimidade (positiva)
Irregularidades	Interesse particular
Controle nas fronteiras	Ganhar força (economicamente)
Controle rigoroso	Bom
Controle necessário	Fortalecimento
Controle	Desenvolvimento fronteiriço
Segurança efetiva do território	Sonho (Ponte do Tacutu)
Prevenção	Prosperidade
Repressão	Herança amazônica
Crimes comuns de fronteira	Parceiro
Assegurar o controle	Estreitar
Preocupação	Intensificar
Ameaça	Vínculos de amizade
Prejuízo	Aprofundar (a integração)
Reclamações	Muro de Berlim (não pode haver)
Impostos	Muro (não pode haver)
Impostos obrigatórios	Facilitar a vida
Apreensões	Acordo
Ponto estratégico	Desburocratização
	Burocracia (acabar com)

Fonte: Elaboração própria.

A tabela anterior se compõe pela comparação entre as principais regularidades e semelhanças encontradas nos blocos de *Segurança e Defesa* e *Comércio e Turismo*. Isso posto, justifica-se a construção dessa tabela porque acredita-se que é a partir dessas repetições e semelhanças que os sentidos dados à fronteira vão se constituindo em seus respectivos blocos. Compreende-se, pela análise da construção discursiva acerca da tríplice fronteira, de certa maneira materializado no quadro comparativo acima, que é possível concluir que existem duas fronteiras diferentes no mesmo lugar e essas fronteiras são relativamente opostas.

O que essa construção revela de mais notório para a pesquisa é que, consideradas as fronteiras dessa maneira, as políticas públicas voltadas àquela região não se encontram sintonizadas, realizando uma espécie de disputa não declarada entre si. Durante o ano de 2009, o Governo Federal e o Governo Estadual proferiram discursos e agiram concomitantemente de maneira desarticulada. As políticas públicas compreendidas no corpus são mal planejadas e sem articulações. No entanto, as questões de política pública na região poderiam ser planejadas de modo que pudessem melhor aproveitar a fronteira como um lugar de recursos e múltiplas possibilidades. Interessa ressaltar que, por muitas vezes, se observa ‘Roraima’ e ‘Brasil’ adquirindo posições diferentes. Em *segurança e defesa* o território a ser defendido é o do Brasil, é o território nacional. No

entanto, em *comércio e turismo* diz-se que a entrada da Venezuela no Mercosul é importante para o Brasil, mas é especialmente fundamental para o futuro de Roraima.

Nos dois blocos formados, também se fez praticável observar diferentes imagens à figura de Hugo Chávez, o Presidente da Venezuela. Sobre *segurança e defesa*, Chávez geralmente é visto como uma ‘ameaça’, um ‘ditador’ inconsequente e que é fácil imaginá-lo tomando alguma atitude que colocaria Boa Vista numa situação delicada. No entanto, no bloco de *comércio e turismo* observa-se a diferença de posições políticas entre Brasil e o estado de Roraima, pois nas discussões no Senado, os Senadores roraimenses frequentemente distinguem a importância que a Venezuela tem para o Brasil da importância que o país vizinho tem para Roraima. Nesse sentido, os políticos roraimenses não negam que Chávez governa de modo ‘quase ditatorial’, entretanto, pregam que Chávez não é o país vizinho, tentando desvencilhar, assim, a imagem de Chávez da imagem da Venezuela.

Considera-se importante ressaltar que a pesquisa contida neste livro apresenta algumas ressalvas. A principal dela é que, nesse exercício da multidisciplinaridade, unir as Relações Internacionais à teoria da Análise de Discurso torna-se, por muitas vezes, desafiador. Talvez alguns caminhos percorridos na análise presente no capítulo 4 apresentem-se de maneira pouco específica no que diz respeito à

análise teórica exigida pela AD. Ainda, cabe notar que a análise foca em questões de acordo com os objetivos de pesquisa. Portanto, é certo, de acordo com a Análise de Discurso, que poderia haver diversas outras nuances possíveis que deixaram de ser “olhadas”, bem como as que não puderam ser notadas pelo analista. Faz-se necessário destacar que os resultados da análise dependem fundamentalmente do analista que a realiza, ou seja, o caminho para a investigação de sentidos atribuídos à tríplice fronteira mudariam caso fossem observadas por outros analistas. No entanto, ao se observar o trabalho como um todo, acredita-se que, por fim, a presente pesquisa atingiu o seu principal objetivo à luz das Relações Internacionais: o de investigar quais são os principais sentidos que são atribuídos à fronteira na mídia impressa local e, nesse sentido, ajudar a compreender e a auxiliar a construção do lugar em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, E. **O Construtivismo nas Relações Internacionais**. In *European Journal of International Relations*, 1997.
- BARNETT, M. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (Org.). **The Globalization of World Politics**: an introduction to international relations. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2008.
- BECKER, B. K.. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Ata n. 29/2009. **Diário de Justiça Eletrônico**, n.181. Brasília, 25 de setembro de 2009.
- BRASIL, Decreto Legislativo n. 93, Aprova o texto do Protocolo de Adesão da Republica Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. **Diário Oficial da União**, 17 de dezembro de 2009.
- CAMARGO, J. F. **Mídia e Relações Internacionais**: Lições da Invasão do Iraque em 2003. Curitiba: Juruá, 2009.
- CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. **Handbook of International Relations**. Sage Publications Ltda., 2004.
- FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio Século XXI**: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

- LAFER, C. **Brasil: Dilemas e Desafios da Política Externa. Estudos Avançados**, n.14, 2000.
- LAPID, Y. **The third debate: on the prospects of international relations theory in a post-positivist. International Studies Quarterly**, v. 33, n.3, 1989.
- LEAL, M. S. P. **Os sentidos de ‘povo roraimense’ em textos de parlamentares (1999 e 2005)**. Dissertação (Mestrado em Letras). Niterói: UFF, 2006.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.
- MARIANI, B. **Linguagem e história** (ou discutindo a linguística e chegando análise do discurso). In **Caderno de Letras da UFF**. Niterói, n.12, 1996.
- NOGUEIRA, J. P.; NOGUEIRA, N. M. **Teoria das Relações Internacionais**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.
- OLIVEIRA, R. G. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo: USP, 2003.
- KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; KOWERT, P. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; KOWERT, P. (ed). **International Relations in a constructed world**. New York: 1998.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas: Pontes, 2001.

- ORLANDI, E. P. In: ORLANDI, Eni. Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.
- PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S.; VIEIRA, I.M. **O jogo discursivo do dizer e do silenciar**: Denúncias de corrupção no governo Lula. *Achegas.net*, v. 39, 2008. Disponível em: <www.achegas.net>
- PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais**: Temas, atores e visões. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.
- RESENDE, E. S. A.. In: CAMARGO, J. F.; SENHORAS, E. M. (Org.). **A crítica pós moderna/pós estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.
- ROCHA, E. S.; CAMARGO, J. F. **Análise de Discurso e Relações Internacionais**: considerações teórico-metodológicas.
- RODRIGUES, F. “Migração transfronteiriça na Venezuela”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 20, n.57, 2006. RORAIMA. Secretaria de Estado e Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Informações socioeconômicas do município de Boa Vista**. Boa Vista: CGEES/SEPLAN, 2010.
- RORAIMA. Instituto de Terras e Colonização de Roraima. **Mapa da inserção energética de Roraima (matriz energética)**. Boa

- Vista: ITERAIMA, 2011. Disponível em: <www.portal.rr.gov.br>. Acesso em: 28/10/ 2011.
- RORAIMA. Instituto de Terras e Colonização de Roraima. **Mapa rodoviário de Roraima**. Boa Vista: ITERAIMA, 2011. Disponível em: <www.portal.rr.gov.br> Acesso em: 28/10/2011.
- RORAIMA. Instituto de Terras e Colonização de Roraima. **Inserção econômica – integração física**. Boa Vista: ITERAIMA, 2011. Disponível em: <www.portal.rr.gov.br> Acesso em: 28/10/2011.
- RORAIMA. Instituto de Terras e Colonização de Roraima. **Mapa político de Roraima**. Boa Vista: ITERAIMA, 2011. Disponível em: <www.portal.rr.gov.br> Acesso em: 28/10/2011.
- SENHORAS, E. M.; MOREIRA F. A.; VITTE, C. C. S. **A geografia da paradiplomacia subnacional na América do Sul**. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XII, n. 270, 2008.
- SILVA, J. V. **A verdadeira paz: desafio do Estado democrático**. São Paulo em Perspectiva, vol.16, n. 2, 2002.
- THOMPSON, J. E. **Mercenaries, pirates and sovereign: state-building and extraterritorial violence in early modern Europe**. Nova Jersey: Princeton University, 1994.
- VAN CREVELD, M. **The rise and decline of the state**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

VIOTTI, P.; KAUPPI, M. **International Relations Theory**. Pearson Education, 4th edition, 2009.

WILLIAMS, J. **The Ethics of Territorial Borders: Drawing Lines in the Shifting Sand**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

BIOGRAFIA

SOBRE O AUTOR



Harllos Arthur Matos Lima nasceu no dia 7 de setembro de 1991 em Boa Vista, capital do estado de Roraima, onde morou até os vinte anos de idade com seus pais, Hilda Matos e Artur Lima, e com sua irmã, Hellen Matos. Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) no ano de 2011. Foi aluno visitante na Universidade de Brasília (UnB) e bolsista por meio do Programa de Mobilidade Acadêmica Andifes/Santander no ano de 2010. Possui interesse nos estudos sobre fronteiras. Atualmente, é aluno do curso de graduação da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção “Comunicação & Políticas Públicas” e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 90 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato

Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção “Comunicação & Políticas Públicas”

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 8116-5199 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net

